

icesta
u
~
R

4ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA N.º 04/2022

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2022

-----Ao vigésimo quinto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte dois pelas vinte e horas e vinte minutos, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada. -----

-----Às 21h15min, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes Membros Municipais: -----

PRESENTES:-----

- ---- Leonel Domingos Reis Vieira da Silva;-----
- ---- José Bernardino Pinto Nogueira;-----
- ---- Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro;-----
- ---- Eduarda Filipa Pereira Ferreira;-----
- ---- **André António das Neves Magalhães**, em substituição de Sandra Maria Leonor Pereira da Silva;-----
- ---- João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca;-----
- ---- Rúben João Pinto Bessa;-----
- ---- Joaquim José Correia Bessa;-----
- ---- Maria José Pacheco Meireles Magalhães;-----
- ---- Pedro Miguel Amaral Silva;-----
- ---- **Lara da Rocha Santos**, em substituição de Sónia Cláudia F. de Oliveira;-----
- ---- Vítor Carlos Almeida da Silva;-----
- ---- Ana Cristina Leal Moreira;-----
- ---- **Antero de Sousa Correia**, em substituição de Adelaide Augusta V. B. Gomes;
- ---- Ricardo Manuel de Bessa Marques;-----
- ---- Pedro Filipe Teixeira de Faria;-----

- ----- Paulo Alexandre Pedro de Magalhães;-----
- ----- Carlos Manuel Cunha Moreira;-----
- ----- Joana Sofia Pacheco Nogueira;-----
- ----- Maria de Lurdes Oliveira e Castro.-----

OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA: -----

- ----- Luís Daniel Fernandes Peixoto, freguesia de Caide de Rei;-----
- ----- **Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro**, representante legal de Armando Jorge da Mota Moreira, freguesia de Lodares;-----
- ----- Nuno Daniel de Sousa Ferreira, freguesia de Meinedo;-----
- ----- Joaquim Ribeiro de Magalhães, freguesia de Nevogilde;-----
- ----- Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno;-----
- ----- António Fernando Morais da Silva, freguesia de Vilar do Torno e Alentém;-----
- ----- Eduardo António Sousa e Castro Taveira, freguesia da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida);-----
- ----- **Dora Rocha Santos**, representante legal de Eduardo Augusto Vilar Barbosa, União das freguesias de cristelos, Boim e Ordem;-----
- ----- João Fernando Pinto de Magalhães, União das Freguesias de Figueiras e Covas;-----
- ----- Armando da Costa Silva, União das Freguesias de Lustosa e Barrosas Santo Estevão;-----
- ----- Fausto Manuel da Costa Oliveira, União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga;-----

-----Verificando-se a existência de quórum com a presença de **31 membros**, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, declarou aberta a sessão, com a presença do senhor presidente da Câmara Municipal de Lousada, Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores vereadores Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Manuel António da Mota Nunes, Maria do Céu Vieira Rocha, Carlos Manuel Soares Nunes, Nelson Ângelo Coelho Oliveira e António

Castro
[Handwritten signature]

Augusto dos Reis Silva.-----

-----Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Maria de Lurdes Oliveira e Castro**, declarou aberta a Sessão. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Maria de Lurdes Oliveira e Castro**, começou por informar que: -----

-----A **Moção n.º 1**, apresentada pela Coligação Acreditar Lousada, aprovada na sessão ordinária do dia 20/12/2021, foi remetida ao senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, sob o registo n.º RF5621 1973 2 PT;-----

-----**Substituições:** -----

→ **André António das Neves Magalhães** substitui **Sandra Maria Leonor Pereira da Silva**, da Coligação Acreditar Lousada, que por razões pessoais não pode estar presente nesta sessão ordinária de 25/02/2022, uma vez que o elemento na lista de candidatos à Assembleia Municipal de Lousada, **Maria Emilia Pereira Teixeira**, se encontrava indisponível para estar presente na mesma;-----

→ **Antero de Sousa Correia**, substitui **Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes**, do Partido Socialista, uma vez que não pode estar presente nesta sessão ordinária de 25/02/2022, por motivos pessoais;-----

→ **Óscar Miguel Sobral da Silva** substitui **João Carlos Pinto Correia**, do Partido Socialista, comunicou uma ausência de 25/02/2022 a 25/02/2022;-----

→ **Lara da Rocha Santos** substitui **Sonia Cláudia Fernandes de Oliveira**, do Partido Socialista, comunicou uma ausência de 25/02/2022 a 25/02/2022;-----

→ **Armando Jorge Mota Moreira**, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, se encontrava ausente, fazendo-se representar pelo respetivo substituto legal, **Carlos Manuel da Rocha**; -----

→ **Eduardo Augusto Vilar Barbosa**, Presidente da Junta da União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, se encontrava ausente, fazendo-se representar pela

respetiva substituta legal, Dora Rocha Santos. -----

-----Justificações: -----

→ Diogo Agostinho Carvalho Aires, presidente de Junta de Freguesia de Sousela, apresentou justificação de falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 20/12/2021, por se encontrar em isolamento profilático; -----

→ António Fernando Morais da Silva, presidente de Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém apresentou justificação de falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 20/12/2021, por motivos de ordem pessoal. -----

-----Atas das Reuniões da Câmara Municipal: -----

Deu-se conhecimento das atas das reuniões de Câmara n.º 04 realizada no dia 13/12/2021); n.º 05 realizada no dia 27/12/2021; n.º 06 realizado a 10/01/2022 e n.º 07 de 24/01/2022. -----

----- Discussão e votação da Ata da Sessão Extraordinária realizada no dia 16/12/2021. -----

Deliberação: Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 16 de dezembro de 2021. Não participaram na votação desta ata os membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----Esclarecimento da senhora Presidente da Assembleia Municipal: «Segundo o disposto na legislação, quando as pessoas não estão presentes nas sessões, simplesmente não votam a ata.» -----

-----Discussão e votação da Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 20/12/2021. -----

-----Esclarecimento da senhora Presidente da Assembleia Municipal: «O mesmo se passa agora com a ata da sessão realizada no dia 16/12/2021, no cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento

castro
M

Administrativo, só devem votar nesta ata de 20 de dezembro, os membros que efetivamente estiveram presentes.»-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 20 de dezembro de 2021. Não participaram na votação desta ata os membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Pelas 21h24min entrou na sala o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Macieira, Paulo Abílio Teixeira dos Santos (PS). -----

-----Discussão e votação da moção apresentada pelo Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada – PPD/PSD/CDS-PP, relativa a: “O mau funcionamento da Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel de Lousada”.-----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal leu a moção, subscrita pelo Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada – PPD/PSD/CDS-PP com o seguinte teor: “O mau funcionamento da Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel de Lousada é um problema que se arrasta há demasiado tempo e que claramente prejudica a população e as instituições de Lousada. Apesar do esforço das poucas funcionárias que trabalham na Conservatória de Lousada, o caos há muito que ali está instalado e com tendência para piorar agora com a entrada em funcionamento Balcão Único do Prédio. Os recursos humanos são manifestamente insuficientes e o volume de trabalho para a Conservatória de Lousada não é superior porque a maioria dos profissionais liberais e muitos cidadãos para tratar dos seus assuntos relacionados com registos, sempre que possível, recorrem a Conservatórias de outros concelhos. Na estrutura do Instituto dos Registos e Notariado, a Conservatória de Lousada está classificada como sendo de terceira classe, quando atendendo à dimensão do território e ao número de população há muito que deveria estar classificada como Conservatória de segunda ou de primeira

classe, e, se tal já tivesse acontecido, seguramente o número de funcionários seria obrigatoriamente maior. O mau funcionamento da Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel de Lousada está a prejudicar o desenvolvimento do nosso Concelho. É inadmissível que os cidadãos de Lousada e os profissionais da área, Advogados, Solicitadores e outros profissionais liberais para tratar de assuntos de Lousada tenham a necessidade de recorrer a outras Conservatórias, noutros Concelhos, com prejuízo para os cidadãos, para as empresas e para as instituições de Lousada. Assim, a Assembleia Municipal de Lousada entende que o Ministério da Justiça e o Instituto dos Registo e do Notariado devem tomar as medidas necessárias e urgentes para que a Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel funcione em pleno. Para tal, exigimos um reforço dos recursos humanos e a reclassificação da Conservatória. Lousada, 25 de Fevereiro de 2022.” -----

-----Pelos 21h28min entraram na sala os senhores Presidentes de Junta: -----

→ Freguesia de Aveleda, Jorge Agostinho Magalhães Cunha (PS) e, -----

→ Freguesia de Sousela, Diogo Agostinho Carvalho Aires (Coligação Acreditar Lousada).-----

-----Intervenção de Leonel Vieira, membro do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada: «O mau serviço que a Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel presta à comunidade e às instituições de Lousada há muito que é do conhecimento de todos nós. É lamentável que os cidadãos de Lousada, as empresas, as instituições de Lousada, os profissionais liberais quando recorram à Conservatória tenham imensas dificuldades na resolução dos seus assuntos. A solução dos cidadãos de Lousada e de profissionais da área é recorrerem a outras Conservatórias sediadas nos concelhos vizinhos, com o conseqüente aumento de encargos, quer em custos quer em tempo. Enquanto vereador na Câmara Municipal de Lousada, nas reuniões do executivo camarário alertei inúmeras vezes para o problema do mau funcionamento da Conservatória de Lousada. Sei que o senhor Presidente da Câmara comunga também destas minhas, nossas preocupações. Julgo

Costa
M
R

que é chegada a hora de dizermos BASTA. O problema está essencialmente na falta de recursos humanos. Informo que neste momento que o quadro de pessoal da Conservatória, que deveria ter no mínimo 15 funcionários, tem somente 8, sendo que destes 8, 4 estão em casa de baixa médica. Com 4 funcionárias é naturalmente impossível a Conservatória funcionar. Mas, se nada for feito, a situação vai seguramente piorar. Entretanto, o Município de Lousada aderiu ao Balcão Único do Prédio. Salvo melhor opinião, neste momento parece-me que foi uma decisão precipitada, talvez insensata, pois com funcionamento do BUPI o volume de serviço na Conservatória vai subir consideravelmente, aliás está acontecer. Na minha opinião, a Câmara Municipal de Lousada, antes de avançar com a instalação do Balcão Único do Prédio deveria previamente ter ouvido a senhora Conservadora para perceber se estavam ou não reunidas as condições para iniciar o processo de georreferenciação dos prédios rústicos em Lousada. Se o caos já estava há muito instalado na Conservatória de Lousada, agora com a entrada em vigor do Balcão Único do Prédio a tragédia aproxima-se. Agora, mais do que nunca é urgente exigir soluções junto do Ministério da Justiça e do Instituto de Registos e Notariado. E a solução passa desde logo por reclassificar a Conservatória. É inadmissível que um concelho que tem mais de 47.000 habitantes e milhares de empresas aqui sediadas tenha uma conservatória classificada como sendo de terceira classe. O Instituto de Registo de Notariado e o Ministério da Justiça estão a colocar o concelho de Lousada ao nível dos concelhos como por exemplo: Resende, Sabugal ou até Cuba no Alentejo, quando há muito que a conservatória de Lousada deveria, no mínimo, ser considerada de segunda classe, pois, se assim fosse, teria obrigatoriamente mais funcionários. Esta moção visa denunciar a situação e exigir mais recursos humanos para a Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel de Lousada. Sendo esta Moção aprovada, como esperamos, espero que a mesma seja remetida para o Instituto dos Registos e do Notariado bem como para a senhora Ministra da Justiça».

----- **Intervenção de Vítor Silva, membro do Grupo Municipal do Partido Socialista:** «Boa noite. Começo por cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores e Sra. Vereadora, restantes membros desta Assembleia, comunicação social, e por fim o público em geral. Analisado o teor da moção apresentada pela Coligação Acreditar Lousada, a Bancada do Partido Socialista concorda com o que é lá descrito. Ainda que seja visível o esforço dos funcionários da Conservatória de Lousada, muitas das vezes esse esforço não é suficiente para colmatar as lacunas lá existentes, como por exemplo: a falta de condições das suas instalações. Aliada à falta de condições, existe a morosidade de atendimento, que obsta à resolução de muitos dos assuntos da comunidade em geral e cria um certo congestionamento processual. Todavia, o Município tem vindo a desenvolver um conjunto de ações que culminarão com a fusão destes serviços com os serviços da segurança social e das finanças, criando-se assim uma Loja do Cidadão, esta mais inclusiva e mais acessível e mais moderna. Ainda assim, concordamos com o reforço imediato dos recursos humanos e a reclassificação da Conservatória de Lousada.» -----

----- **Intervenção de Eduarda Ferreira, membro do Grupo Municipal do Partido Socialista:** «Relativamente a esta moção e pelo facto do Dr. Leonel vir aqui trazer em particular a questão relacionada com o BUPi, creio não estar enganada, mas logo o Sr. Presidente me dirá, que quanto ao BUPi, obviamente que o cidadão tem na mesma que fazer o registo junto da conservatória, naturalmente. Mas, a Câmara teve a preocupação de auxiliar o cidadão no processo inicial ou na georreferenciação através de um balcão ou de uma assistência, digamos assim, no espaço AJE, portanto, também queria deixar isto aqui, nem que seja a título de informação para o cidadão comum que há esse espaço, há essa disponibilidade por parte da Câmara para ajudar nesse processo inicial, pelo menos na georreferenciação. Depois, tal como disse o colega Victor, é uma moção com a qual nós concordamos. Mas deixava aqui o repto relacionado com outras entidades, enfim, outros serviços que em

uostn
m
R

Lousada também precisam de algum tipo de alteração. E, estou a falar precisamente do serviço de Finanças de Lousada, que também está classificado como de segunda classe e, tem um volume de serviços até bastante superior, alguns serviços de finanças, por exemplo, do Porto. Sei, perfeitamente que tem um quadro de pessoal bastante deficitário, têm menos 9 funcionários daquilo que seria suposto ter. E, para além desta deficiência de recursos, ainda esta deficiência se agrava pelo facto de 2 funcionários estarem em comissão remunerada e vão terminar esta comissão em maio e regressam aos serviços de finanças de origem e para além disto num curto prazo 4 dos funcionários vão aposentar-se. E, portanto, não se vislumbra aqui novas colocações, portanto novo serviço de finanças a curto, médio prazo será um serviço finanças um bocadinho lacunoso a nível de recursos. Portanto, lançaria o repto de, obviamente, sem prejuízo do nosso parecer favorável quanto à moção que foi aqui apresentada, lançaria o repto junto da bancada da Coligação de deixarmos esta moção, se calhar para uma outra Assembleia, elaborarmos uma moção conjunta relativa às 2 entidades, ou seja, conservatória e serviços de finanças, porque me parece que seria uma moção mais completa, mais adensada, não vejo problema nenhum nisso, se assim não entenderem, obviamente que não será isso que colocará em causa a nossa votação.» -----

----- **Intervenção de Agostinho Gaspar, membro do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada:** «Boa noite senhor primeiro e o segundo Secretário da Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, excelentíssimo público e comunicação social. Eu só queria esclarecer o seguinte: Na minha opinião, na próxima Assembleia estaremos cá com todo o gosto apresentar uma moção para reforçar e defender os serviços de finanças como é óbvio, já que mais ninguém faz. Nós fazemos agora, em relação ao Registo da Conservatória e na próxima Assembleia, estaremos cá para apresentar uma moção relativamente às finanças, disse. Obrigado». -----

----- **Intervenção de Eduarda Ferreira, membro do Grupo Municipal do Partido Socialista:** «O senhor Gaspar não esteve aqui no mandato anterior e por isso não lhe é imputável essa lacuna de informação, mas realmente este assunto já tem sido debatido recorrentemente. Portanto, não havendo essa disponibilidade por parte da bancada, obviamente não estará em causa o nosso voto, como dissemos e bem a favor desta moção, o nosso voto será a favor desta moção». -----

-----**Resposta do Sr. Presidente de Câmara:** «Muito boa noite a todas e a todos. Relativamente a esta moção, depois de ouvir a intervenção do senhor deputado Dr. Leonel Vieira, estava aqui a tentar recordar-me em que termos é que este assunto terá sido falado nas reuniões de Câmara e efetivamente chegámos a falar sobre esse assunto, mas não estou certo que conste das atas. Agora há uma coisa que tenho a certeza, é que o assunto nunca foi exposto com a clareza com que hoje aqui foi exposto. O Dr. Leonel Vieira já havia falado no mau funcionamento da Conservatória, mas creio que nunca disse que era de terceira e devia ser de segunda ou primeira. A primeira vez que falaram comigo sobre isto de uma forma clara foi no dia 11 de Fevereiro, numa reunião que tive com a Senhora Conservadora, justamente por causa do balcão único do prédio, tendo e mesma me relatado as dificuldades em que estava em termos de pessoal e deu-me, no fundo, a informação que hoje aqui ouvimos nesta Assembleia. E, o compromisso que assumi com a Sra. Conservadora foi o de, logo que houvesse novo governo, rapidamente diligenciarmos para que se encontre uma solução de curto prazo, porque efetivamente a situação é preocupante. É muito urgente. Relativamente, à questão de nós termos sido insensatos, quer dizer, se nós tivermos que andar sempre a perguntar se há as condições ideais para se avançar com as coisas, a maioria das vezes ficaríamos quietos, não é? E, portanto, este é um projeto que não é só aqui de Lousada, vai ser transversal a todo o país. Era um trabalho que já estava alinhavado, há muito tempo e, portanto, decidimos avançar e, portanto, nunca nos passou sequer pela cabeça que depois houvesse dificuldades dos próprios serviços

Costa
M
R

que lideram este processo, porque é o Instituto dos Registos de Notariado que lidera este processo do Balcão Único. É evidente que se tivéssemos feito essa consulta antecipadamente à Senhora Conservadora, ela teria relatado esses problemas, mas o inverso também é verdade, quer dizer, se não fosse este assunto, se calhar ninguém tinha levantado o problema. Portanto, ainda bem que houve este assunto para alguém levantar o problema desta forma e para a Câmara, então, poder desenvolver as diligências necessárias. E, já podíamos ter feito há mais tempo, se efetivamente o assunto tivesse sido exposto com esta clareza. Por isso, repito, logo que haja novo governo (tomada de posse em função de quem ficar com a tutela desta área), vamos rapidamente tomar as diligências no sentido de se tentar resolver o assunto sem prejuízo depois, num segundo momento, aquando da abertura da Loja do Cidadão, nós poderemos acautelar ainda melhor. Aliás, dei nota, inclusivamente à Sra. Conservadora que estávamos com esse projeto da Loja do Cidadão e que, inclusivamente, o Instituto dos Registos já nos tinha enviado o layout da área necessária no espaço da Loja do Cidadão e que teríamos que ver agora se os pressupostos estão corretos ou se estão errados, porque porventura esse layout que nos fizeram chegar pode não se adequar àquilo que são as necessidades atuais do Concelho e, portanto, ficamos de fazer também essa verificação.” -----

----- Pelas 21h31min entrou na sala o membro Óscar Miguel Sobral da Silva (substituto do membro efetivo João Carlos Pinto Correia) (PS). -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar a moção apresentada pela Coligação Acreditar Lousada sobre “O mau funcionamento da Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel de Lousada, por unanimidade de 35 votos. -----

-----O membro municipal Leonel Vieira, do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada, propôs um voto de pesar pelo falecimento do senhor Vítor Magalhães. -----

-----**Intervenção de Leonel Vieira, membro do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada:** «Eu julgo que a senhora Presidente que como é nova aqui não sabe. O senhor Presidente, provavelmente não se recorda, mas faleceu recentemente o senhor Vítor Magalhães, que foi Presidente da Assembleia Municipal até 1989. Eu julgo que ficaria bem a esta Assembleia votarmos um voto de pesar pelo seu falecimento, porque além de ter sido Presidente da Assembleia Municipal, foi Chefe de Finanças em Lousada, foi um homem de cultura, foi um grande lousadense e que, obviamente merece da nossa parte um voto. Foi funcionário também do município, recorda e bem o senhor Presidente, por isso julgo que ficaria muito bem a esta casa relembrar nesta hora, o senhor Vítor Magalhães.»

-----**Esclarecimento da Sra. Presidente da Assembleia Municipal:** «Antes de avançarmos, queria corrigir, a moção foi aprovada por unanimidade de 35 votos e não 33, como erradamente mencionei. Relativamente, a essa questão que colocou e muito bem, agradeço a chamada de atenção Dr. Leonel, propunha que a Assembleia fizesse um minuto de silêncio pelo falecimento do senhor Vítor Magalhães.» -----

-----Foi cumprido um minuto de silêncio.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar o “Voto de Pesar pelo Falecimento de Francisco Vítor da Cunha Magalhães”, subscrito pela Mesa da Assembleia Municipal e pelos Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Lousada, por unanimidade de 35 votos. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS

-----**Pelas 21h52min entrou na sala o senhor Presidente de Junta da União de Freguesias Nespereira e Casais, José Oliveira Nunes (Coligação Acreditar**

l. costa
mm
pe

Lousada).-----

-----Intervenção de Leonel Vieira, membro do Grupo Municipal da Coligação
Acreditar Lousada: «Esta minha intervenção estava a contar proferir, esta intervenção no início da Assembleia, mas como foi primeiro apresentada a Moção, mas seja como for não poderia deixar de a fazer aqui nesta Assembleia, nesta sessão, após os factos ocorridos na última sessão da Assembleia Municipal. Há mais de 35 anos que frequento as sessões da Assembleia Municipal de Lousada. No início, e ainda muito jovem, como cidadão, depois como Deputado Municipal, mais tarde como Vereador e agora novamente como Deputado Municipal. Até ao ano de 2019, a Assembleia Municipal de Lousada foi sempre presidida por cidadãos que continuam a ser uma referência na nossa sociedade, homens que pela sua postura e conduta e pelo seu percurso pessoal, profissional, social e até político prestigiaram esta Assembleia, a Casa da Democracia em Lousada. Recordo que nomes como o senhor Vítor Magalhães, Dr. Mário Fonseca, Dr. Jorge Magalhães, mas também num tempo mais longínquo, Dr. Adriano Pinto e o senhor José Dias. Sei que foram Presidentes consensuais, que prestigiaram esta casa, nunca foram líderes de facção. Aqui trabalhei com o Dr. Mário Fonseca e com Dr. Jorge Magalhães. Sempre em lados opostos, com eles trabalhei lutas duras, mas leais e sempre com respeito pelas pessoas, mas também pela instituição, Assembleia Municipal de Lousada. Mas os tempos mudaram.... Na última sessão desta Assembleia, chegado a casa, tomei conhecimento através das imagens de vídeo e áudio, que a senhora Presidente da Assembleia, senhora Dra. Lurdes Castro, referindo-se à Bancada da Coligação Acreditar Lousada PPD/PSD – CDS/PP, disse o seguinte e, passo a citar: “ *Filhos da grandessíssima mãe. Cães. Para a próxima eu conto-lhes uma história, se houver próxima vez.*” Estes insultos e ameaças foram proferidos a propósito dos resultados de uma eleição democrática, livre e secreta. Assim, esta é a hora para perguntar à Sra. Dra. Lurdes Castro: Considera ter as condições institucionais, pessoais e autoridade moral necessárias para poder continuar a exercer o cargo de Presidente

da Assembleia Municipal? Disse.» -----

----- **Intervenção de Eduarda Ferreira, membro do Grupo Municipal do Partido Socialista:** «Muito boa noite a todos. Ainda não tive a oportunidade de cumprimentar a excelentíssima senhora Presidente de Mesa, excelentíssimos senhores Secretários, excelentíssimo senhor Presidente de Câmara, senhores Vereadores, excelentíssimos Membros desta Assembleia Municipal, Público presente e Comunicação Social. Bem, achei que hoje não iria ser revolido este assunto, enganei-me. Em primeiro lugar, tenho a dizer uma coisa, se há pessoa com um cariz elevado, com uma postura que dignifica a política, com uma elevação de valores é a Dra. Lurdes Castro. Conheço pessoalmente e conheço profissionalmente, é uma pessoa que não deixa ninguém questionar da sua elevação e dos seus valores como pessoa. O que aqui foi dito na última Assembleia foi um desabafo, não foi um insulto, até porque não foi dirigido a ninguém em particular. E foi dito em contexto baixo, não é? Isto não tem graça nenhuma. Eu não me estou a rir, não sou eu que me estou a rir. Eu vou acabar a minha intervenção porque eu não interrompi ninguém. Portanto, agradeço, nunca interrompi e nunca interromperei ninguém da Coligação, portanto, exijo exatamente o mesmo respeito e, portanto, espero sinceramente que me permitam terminar a minha intervenção. Este desabafo adveio exatamente de uma situação que o senhor doutor Leonel sabe perfeitamente, o que é que sucedeu? No âmbito de uma reunião de representantes foi feito entre mim e o Dr. Leonel, um compromisso de cavalheiros. O compromisso de cavalheiros ditava que havia de ser apresentada uma lista conjunta quanto às comissões. Esse esforço não foi feito por mim, esse esforço foi feito exatamente pela Dra. Lurdes Castro. Um líder de facção, não junta, não une, um líder de facção, diria: temos a maioria absoluta, a derrota da Coligação foi bem notória e, portanto, vamos apresentar listas em separado. E, vamos apresentar listas em separado e vossas excelências sabem perfeitamente o que é que aconteceria no caso de apresentação de listas separadas?! Houve um compromisso de cavalheiros entre mim e o Dr.

L. Castro
M
~
R

Leonel, que não foi cumprido. Chegámos ao ponto de os membros nomeados pelo PS terem uma votação favorável, isto é impressionante, nós temos maioria, inferior às pessoas nomeadas pela coligação. Obviamente que o voto é livre, é sim senhora, mas houve um compromisso de cavalheiros antes e não foi cumprido. E isso tem que ficar aqui dito. Eu não quero voltar a pedir a mesma coisa. Portanto, isto decorreu exatamente disto, a Dra. Lurdes ao verificar que aquilo com que se havia comprometido, que aquilo que tinha feito em reunião de representantes tinha pedido inclusive para apresentação de uma lista conjunta. Houve um esforço por parte da Dra. Lurdes Castro para que essa lista fosse conjunta. Quando por mim caros senhores as listas eram em separado. Não tenho nada a esconder. E depois chegamos aqui e assistimos àquilo que assistimos. E portanto, esta rutura, esta falta de comprometimento e este comportamento que vocês acusam muitas vezes a bancada do PS, um comportamento supostamente antidemocrático, que não acontece porque há cedências de tempos, porque há cedências de votações favoráveis de moções, porque há cedências relativamente a comissões quando podíamos apresentar listas em separado e teríamos a votação perfeitamente a nosso favor e não o fazemos. Mas depois, quando vos é pedido um esforço no sentido de elevar a democracia, vocês não o cumprem, não o cumprem Dr. Leonel, o senhor está a abanar a cabeça, mas sabe perfeitamente o que aconteceu na reunião. Isto aqui fica claro, isto adveio exatamente dessa situação que a mim me desagradou e que fiz questão de deixar claro no final da Assembleia ao Dr. Leonel.- Relativamente à situação, enfim, o que aqui ainda mais me perturba, aliás a ideia, não digo que a ideia, mas depois houve uma concordância relativamente a isso, no mandato anterior, creio que foi até a senhora Deputada Cidália, que veio falar da importância de se transmitir as sessões. Sim senhora, faz sentido, mas faz sentido com que escopo? Com o objetivo de o cidadão que está em casa poder apurar aquilo que se passou na Assembleia, poder perceber aquilo que foi discutido e poder ouvir as clarificações do senhor Presidente de Câmara. Isto não me cabe na cabeça!... Como é que alguém chega a casa, revê a Assembleia vai frame a frame, vai retirar

possivelmente intervenções com uma voz elevada, um tom elevado acima e procura exatamente atacar determinadas pessoas, seria a Dra. Lurdes, seria eu, seria alguém que tenha estado no microfone. Isto a mim não me cabe na cabeça e fica na consciência de quem o fez. Se eleva ou não a política, isso são outras questões. E, portanto, era isso que eu também queria deixar aqui, claro. Houve um esforço de união. O respeito realmente é muito bonito. Houve um esforço de união relativamente à questão das comissões, não foi cumprido. E, esse esforço foi feito pela Dra. Lurdes Castro, vem aqui levantar questões relacionadas com a pessoa que ela é, que não levanta questões a ninguém. Pronto fica na consciência de cada um.»

----- **Intervenção de Pedro Amaral, membro do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada:** «Aproveito para cumprimentar a Mesa da Assembleia, o executivo na pessoa do senhor Presidente da Câmara, os senhores e senhoras Deputados, senhores Presidentes de Junta, Público aqui presente e os Lousadenses que nos seguem de ouvido atento lá em casa. Começo por fazer um pequeno intróito. É a minha primeira intervenção na Assembleia, dizendo que sou um acérrimo defensor do parlamentarismo. E, portanto, mais do que vir aqui debater com os senhores deputados que muito me apraz, venho aqui também e virei sempre chamar à colação, quer, peço desculpa, quer atuação deste executivo, quer a atuação necessariamente da mesa em representação desta casa. Fiquei surpreso com a intervenção da bancada do Partido Socialista. De facto, tentando nas manobras que vêm sendo aliás conhecidas dentro do Partido Socialista desfocar a questão daquele que é o cerne principal para uma questão que é uma não questão. Eu até vou colocar também a questão, será que algum dos senhores deputados do Partido Socialista sabem quem é que eu votei nas anteriores eleições legislativas? Só falta dizerem que a culpa da hecatombe do CDS, também foi meu. O voto foi secreto, ninguém aqui sabe quem é que votou em quem. Eu estive inclusive com um membro da bancada junto da Mesa a apurar os votos e a não ser que as cruzes que tenhamos todos andados a ver a tinta das cruzes, ninguém pode dizer em quem é

lesto
m
re

que alguém votou. E, de facto, faz sentido toda a fiscalização que aqui trazemos. De facto, também não posso deixar de notar no seguimento daquilo que foi também dito pelo líder da bancada da coligação que atual Presidente da Assembleia Municipal de Lousada, não tem condições para continuar à frente deste órgão por 3 ordens de razão muito simples: Primeiro impreparação, não fosse grave o suficiente, o desabafo, chamemos-lhe assim para já... Demonstra um grau de impreparação e inexperiência que não se esperavam, aliás, de alguém reconduzido no cargo. Uma impreparação quase cómica, diga-se das melhores sitcoms políticas que por aí andam. E cuja ironia não nos escapa na primeira sessão transmitida online e que, a propósito, também do que foi dito pela bancada do Partido Socialista, a principal escopo das sessões transmitidas, nunca foi os lousadenses ouvirem só aquilo que é dito aqui, só as explicações do Presidente da Câmara. É uma questão de fiscalização, uma questão de fiscalização. Segunda ordem de razão: Consciente, inimizado. De facto, eu sempre admirei a lealdade canina. E, portanto, chocou-me bastante mais que a senhora Presidente e o Grupo Parlamentar do PS, vão chamando de desabafo aquilo que foi proferido. E digo-lhe já porquê. Um desabafo não é nem mais nem menos que o espelho íntimo daquilo que se passa no nosso interior. E, portanto, representa cristalinamente o consciente desprezo democrático nutrido pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal e aparentemente pela Bancada do Partido Socialista. Terceira ordem de razão, uma nuvem inquestionável de suspeição que irá pairar sempre sobre a Presidência desta Assembleia Municipal. De facto a ameaça das retaliações, que foram a questão mais grave proferida para mim, que deixará para sempre essa nuvem de suspeição a cada oposição de autoridade tomada pela Mesa, capaz, a meu ver, de trazer à tona este triste momento e por diversas vezes. No fundo, uma perpétua espada de Dâmocles sobre a honra desta casa. Recordo a este respeito e permitam-me também puxar a brasa há minha sardinha, as palavras de Telmo Correia, ex-deputado do CDS, na sua despedida do Parlamento e cito: *“aqui dentro, somos todos adversários, não há inimigos, aquilo que nos divide que são as nossas convicções é simultaneamente aquilo que nos une no confronto e no*

debate que é a democracia.” E, sobre isso para que também não haja dúvidas refiro a forma honrada, a postura correta tida pelo Sr. Primeiro Secretário que apanhado na mesma teia, no mesmo momento de desabafo não realizou juízo qualquer de valor, o que aliás, é democrático, é salutar e se espera de um órgão com a dignidade desta Assembleia. E, por isso as minhas questões são quatro e muito simples. Uma para a mesa para a Sra. Presidente, se quando se referiu aos deputados da Coligação como cães, se referia exclusivamente ao número de deputados aqui ou às centenas de lousadenses que votaram nesses mesmos deputados? Ao executivo, na pessoa do Sr. Presidente, se mantém o aval político e pessoal que investiu na Sra. Presidente? À bancada do PS se comungam ou não com esta opinião da Presidência relativamente aos vossos adversários políticos? E, agora para todos vós, estão cá muitos da Comissão Política do Partido Socialista, se o PS em Lousada se revê ou não neste tipo de sentimento de guerrilha, inimizade democrática que demonstrou? Disse.» -----

-----**Intervenção de Agostinho Gaspar, membro do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada:** «Eu pedi a palavra única e exclusivamente só para duas ou três questões que me parecem importantes a propósito desta matéria. Em primeiro lugar, relativamente à intervenção da Sra. deputada do Partido Socialista. Dizia a Sra. deputada e com toda a propriedade e razão virada para a Bancada da Coligação Acreditar Lousada, não admite ser interrompida, exijo respeito. Imagine Sra. deputada, nós que somos tratados como cães. Já viu o respeito e o tratamento!... A Sra. deputada indignou-se, porque numa sessão parlamentar de resto, se vir e observar uma sessão da Assembleia da República, sabe que há aplausos, que há interrupções, que há comentários, considerou isso aqui uma falta de respeito, uma falta de consideração, e nós, que somos tratados como cães, temos que considerar isto como um desabafo. E, eu vou considerar isto como um desabafo. Por mim está desculpada. Mas, há uma coisa que eu quero saber? É se isto foi dito com raiva ou sem raiva. É que isso é que é importante para mim, isso para mim é

castro
M

importante saber e perceber se isto foi dito com aquela raiva que a ... ou se foi pronto desabafo. Era isso que eu gostava de saber da Sra. Presidente? Por último, queria dar uma palavra, agora um bocadinho mais a sério, dar uma palavra de apreço que já tinha e sempre tive e tenho e consideração ao Sr. Primeiro Secretário, porque no mesmo contexto, teve uma postura completamente diferente. E, há aqui uma questão e eu não sou ninguém para colocar intriga na Bancada do Partido Socialista, mas há aqui uma questão que vocês não podem afirmar ou melhor duas. Primeiro, naquela votação nunca esteve em causa a eleição de ninguém, independentemente de acordo, é preciso que isto seja dito, nunca. Segundo, não será a Bancada do PS que não gostou dos nomes que a Sra. Coordenadora da Assembleia propôs e votou contra. Como é que sabe que foram os nossos? Tinha lá referência, tem código, código de barras? É que é preciso perceber isso, não é? Eu não sei se não foram deputados do PS como dizia, aliás, o Sr. Secretário na escuta dizia “os nossos também não se portaram muito bem” não é? Peço desculpa se não foi textualmente isso, não quero com isto criar nenhum caso. O que eu quero em conclusão é isto: o respeito concordo, só quero que faça a comparação entre aquilo que exigiu de respeito para aquilo que nós estamos a tentar exigir, ponto um. Ponto dois, saber sem qualquer malícia se aquele desabafo foi mesmo com raiva ou sem raiva. Obrigada.» -----

----- **Intervenção de João Fonseca, membro do Grupo Municipal do Partido Socialista:** «Boa noite a todos, Sra. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas deputados, público presente, comunicação social e os Lousadenses que nos estão a ouvir. Eu quero começar a minha intervenção pelo final mesmo para dar uma palavra de apreço ao Deputado Agostinho Gaspar. Gosto muito de o ouvir e tenho muito apreço pelas suas palavras, principalmente na parte em que nos falou e com toda a razão, nós não sabemos quem é que falhou aqui, quem é que votou, porque o voto é secreto. Eu não me lembro, e como neste vídeo foi divulgado várias vezes, não me lembro em nenhuma

parte do vídeo de ver a Sra. Presidente a dizer que cães são aqueles deputados do PSD ou do CDS-PP. Tenho que identificar agora, às vezes quando não trazemos o PIN, a gente não distingue muito bem. Por isso, alguém assumiu, como se diz na gíria, alguém enfiou a carapuça, alguém soube o que é que tinha acontecido antes e se calhar alguém sabe qual era a intuição!? Agora, vou começar por lhe dizer aquilo que vinha aqui falar e vinha falar de dois pontos, queria dividir isto em dois pontos, que era a forma e o conteúdo. A forma tal como aqui já se falou, foi a primeira vez que a gravação foi transmitida em direto, foi gravado, é normal que as pessoas tenham alguma curiosidade. Agora, ir ver um vídeo ao pormenor, quase *frame a frame*, estar a aumentar o volume para nos percebermos e acreditem que mesmo com volume aumentado, eu também fui ver, não é!... Porque aquilo andou cá fora e eu fui ver uma, duas, três vezes para perceber o que é que lá estava e aí não vou tecer comentários... Só vou dizer aquilo que me fez lembrar, surgiu uma imagem à cabeça que é e daí estar a dizer da forma que é, fez-me lembrar uma imagem que é: aquelas pessoas que se encostam à porta do vizinho com uma porta entreaberta a tentarem descobrir alguma coisa para vir cá para fora. Porque é assim, porque é a única atitude que eu vejo e consigo fazer alguma analogia. Em relação ao conteúdo vou vos dizer, estou aqui eu porque não está o João Correia. Eu gostava que João Correia estivesse aqui, porque se o João Correia estivesse aqui, eu acho que ele ia gostar de falar, porque eu não vi aqui nenhum dos intervenientes que estiveram aqui antes, não vi ninguém do PSD ou do CDS/PP, a reclamarem, a insurgirem-se, a pedirem demissões, todos exaltados quando o João Correia na legislatura anterior foi aqui insultado a viva-voz. Não foi necessário andar a ver um vídeo e ampliar o som e a ver uma vez, duas e três, porque foi alto e a bom som, desculpem no fim de uma intervenção sua. Se na altura nós não falamos, agora também vamos parar um bocadinho por aqui. Espero a bem de Lousada e dos lousadenses que a partir de agora as pessoas se concentrem e estejam e acreditem que sou defensor de uma oposição forte. É muito importante, que exista uma oposição forte, que nos podem ajudar e é muito importante que tenham esse olhar atento, mas àquilo que

Castro
M
R

realmente interessa e que poderá fazer diferença na vida dos lousadenses, porque quando eu vejo esse foco e esse interesse todo para ver umas palavras que mais uma vez eu agradeço a intervenção do Sr. Deputado, ninguém sabe, afinal o voto é secreto, afinal não se dirigiu a ninguém, também não sabemos a quem é que é. Se calhar não teve tanto interesse como estão a tentar fazer aqui. Tenho dito» -----

----- **Resposta de Lurdes Castro, Presidente da Assembleia Municipal:** «Eu teria muita coisa para dizer... Aliás, apesar de ter dito que era nova nisto, já ando nisto há alguns anos e já assisti a muitas situações nesta Assembleia. Relativamente, à questão de ameaças, se alguém que fez ameaças e o Sr. Dr. Leonel sabe daquilo que estou a dizer, foi o Dr. Leonel em sede de reunião de representantes, desculpe, deixe-me só dizer isto, porque não ia fazer qualquer comentário, ia ser muito breve, sinceramente, na minha intervenção. Mas, só para contextualizar algumas situações. Recorda-se, o Dr. Leonel certamente que só pelo facto de eu ter solicitado a alteração da apresentação das moções, recorda-se quais foram as suas palavras? Então, passo a dizer para que também todos tenham conhecimento, “se não retirar esse pedido de alteração, não sabe a guerra que está a comprar com o PSD, naquilo que se está a meter”. Espere, desculpe, é que vocês vêm aqui, desculpe vocês vêm aqui falar de ameaças, ameaças de retaliações, foi o que me foi dito. Agora, vou ser muito breve, mas isto foi só um à parte... Agora muito breve, Dr. Leonel vai-me desculpar, desculpe as verdades às vezes complicam-se. Desculpe Dr. Leonel, mas foi só porque vieram aqui falar de ameaça e retaliações. Agora, deixe-me só dizer-lhe uma coisa, nessa bancada estão pessoas que já me conhecem, desculpe, nesta bancada estão pessoas, posso falar? Estão pessoas que já me conhecem, deixe-me falar, por favor, eu não vou faltar ao respeito a ninguém, porque não faz parte, deixe-me falar, por favor. Há pessoas que já me conhecem há muitos anos, posso? Há muitos anos que me conhecem, vão-me deixar falar ou não? Há pessoas que já me conhecem há muitos anos e que sabem perfeitamente que eu sempre os respeitei, nunca faltei ao respeito a ninguém nesta Assembleia seja de que bancada

for. Só para a dizer mais uma coisa, independentemente de tudo, eu vou continuar a respeitar, vou continuar a gerir os trabalhos desta Assembleia como sempre fiz nos últimos anos e mais não vou permitir que condicionam de alguma forma quer os trabalhos da mesa, quer os trabalhos como Presidente da Assembleia Municipal. Era só isto que gostava de dizer.» -----

----- **Resposta de Pedro Machado, Presidente da Câmara Municipal:** «Não vou perder muito tempo com coisas que na minha opinião não merecem que se perca muito tempo com elas. E, a única coisa que acrescentava e que para mim é o cerne da questão, é que aquilo que foi dito, não era para ser ouvido. Ponto Final. Quantos de nós que aqui estão nunca tiveram pensamentos, eu próprio, quantas vezes não digo tudo o que penso e vocês fazem o mesmo! Agora, fiquei muito satisfeito com esta evocação da história e de quem precedeu a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, pessoas de grande craveira que passaram por aqui como, aliás, é a Dra. Lurdes Castro. Mas, também já ando aqui há alguns anos e lembro-me perfeitamente de um incidente, lamentável, que aconteceu aqui com uma figura que agora todos dizem que é uma das maiores figuras da história de Lousada, o Dr. Mário Fonseca. Numa Assembleia Municipal, creio que foi a última dele, a discussão que houve entre a Bancada da Coligação ou essa Bancada, porque acho que não é ofensa nenhuma. Qual é o problema de dizer essa Bancada? “Essa” é alguma agressão, não é, pronto. Já não me lembro o que é que motivou essa discussão ao ponto de a Bancada da Coligação abandonar esta Assembleia Municipal. E, portanto, a tal figura que vocês dizem que era consensual, e era, também não foi poupada a tensões e a discussões. Eu não queria ir por aí, mas aquilo que o Deputado da Bancada do PS disse, é verdade. E, todos nós sabemos que é verdade e sabemos quem foi que injuriou o João Correia e porque somos mais bem-educados, fizemos de conta. Fizemos todos de conta e fico por aqui.» -----

----- **Intervenção de João Magalhães, Presidente de Junta da União de Freguesias de Figueiras e Covas:** «Boa noite. Eu fiquei muito surpreendido Sra.

lcastro
M
A

Presidente da Assembleia, quando vi as imagens a passar no rodapé e as imagens são muito bem claras, João Fernando Pinto Magalhães, *estes grandes filhos da mãe, seus cães*. Agora, desculpe, diz: João Fernando Pinto Magalhães, seus grandes filhos da mãe. Eu quero saber se foi para mim ou foi para nós todos, porque o meu nome aparece lá: João Fernando Pinto Magalhães, na intervenção que vocês fizeram. Só quero saber isso, então?» -----

----- **Intervenção de Armando Silva, Presidente de Junta da União de Freguesia Lustosa e Barrosas (Sto. Estevão):** «Eu fiz questão de vir (obrigado por este minuto que me deu), porque nós não nos devemos lembrar só de coisas más e também nos devemos lembrar de coisas boas. Acho que entre todos devemos de ser compreensíveis, porque hoje os outros amanhã nós. E, aquilo que tenho a dizer em relação à Dra. Lurdes Castro, foi uma pessoa que de 2009 a 2013, trabalhou comigo e eu com ela na Junta de Freguesia de Lustosa, eu enquanto secretário e ela fazia todos os trabalhos, mas não ocupava cargos. Sinceramente, que tenho boas memórias desses quatro anos e sinceramente por mim considero desabafo e por mim, sinceramente está facilitado. Aquilo que peço à Dra. Lurdes Castro, sendo eu Presidente da Junta de Lustosa e a Dra. Lurdes Castro, natural de Lustosa, é que de facto, pronto, já que aconteceu o que aconteceu, já passou e que ajude Lustosa a ir para a frente. E, peço também à Bãncada, aos meus colegas que compreendam isto e vamos pôr uma pedra no sapato, porque é um incidente, isto acontece a qualquer um de nós. Dra. Lurdes Castro, para mim, foi daquilo que conheço, de facto um momento infeliz e não passou disso. Dito.» -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º Ponto - Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- **Intervenção de Fausto Oliveira, Presidente de Junta da União de Freguesias Silvaes, Pias, Nogueira e Alvarenga (Coligação Acreditar Lousada):** «Boa noite a todos. Excelentíssima, senhora Presidente da Mesa, restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, caros colegas desta Assembleia e excelentíssimo Público e Comunicação Social. Ainda, não querendo alongar a conversa do ponto anterior, eu só queria dizer uma coisa que acho que é muito sentida. Eu conheço de facto a senhora Presidente e digo-lhe sinceramente no meio desta discussão toda, acho que era tudo desnecessário se tivesse havido um pedido de desculpas. Eu aqui, perante o senhor Presidente da Câmara, tivemos altercações, às vezes um bocadinho mais acesas e às vezes palavras que nem sempre são as mais benditas nos momentos certos, mas temos sempre a capacidade de pedir desculpa. O senhor Presidente está aqui, sabe muito bem, que em momento oportuno fiz pessoalmente ou noutros meios. E, portanto, acho que aquilo que deve elevar a hombridade de uma pessoa, de um membro desta Assembleia é a capacidade também de reconhecer quando erra. E, aquilo que nós vimos aqui hoje foi precisamente o contrário, foi perceber e a bancada do Partido Socialista tentar dar a volta ao prego, de forma a considerar como não erro uma coisa que de facto foi um erro, pode ser mais grave ou menos grave, não vamos discutir o assunto, mas bastava um simples pedido de desculpas que acho que era da máxima hombridade de qualquer cidadão neste momento, porque todos nós estamos em condições de poder errar. E, portanto, isto faz-me lembrar a posição da Bancada do Partido Socialista, faz-me lembrar aqueles que defendem, digamos, os pedófilos ou aquelas pessoas que estão em... Deixa fazer a comparação, deixa fazer a comparação. Quando se tenta com um erro, quando se tenta defender um erro, dizendo que a culpa era da mulher ou a culpa é de alguém que não bem em determinadas condições e, portanto, que as pessoas cometem. Até faz-me lembrar a posição do Partido Socialista agora sobre a Ucrânia, o Partido Comunista, desculpem, sobre a Ucrânia, em que de facto tenta dar a volta ao texto e diz que, de facto, a culpa é dos do mundo ocidental, porque a Rússia só fez o que

Costa
M
R

fez por causa do mundo ocidental. Portanto, meus amigos é preciso reconhecer os erros e avançar com eles para a frente. Mas, avançando para aquilo que me veio trazer aqui, agora neste momento. Senhor Presidente da Câmara, enquanto Presidente da União de freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga, estou realmente deveras preocupado com a situação que se passa na Municipal 605. Eu esgotei todos os canais possíveis e imagináveis de contato com a Câmara Municipal para o andamento daquela rua, daquele arruamento. A paciência acaba por ter limites, mesmo a paciência sobretudo dos Lousadenses, costuma ser muita. Mas, de facto, o andamento das obras que há um ano que existem naquele local, não são mais toleráveis e, portanto, exige-se uma intervenção rápida e o mais curto espaço de tempo de forma a acabar aquelas obras que são importantes para o concelho, são importantes para a ligação entre a parte do centro Lousada e Caíde de Rei. Portanto, de facto, gostaria de saber em que condições é que aquela obra vai terminar? Qual é o prazo que nos pode dizer aqui a esta Assembleia e aos habitantes, sobretudo de Pias, Nogueira e Silves que ali vivem? De facto, quando é que nós podemos estar em condições de ter aquela obra terminada? Muito obrigado».

-----**Intervenção de Pedro Amaral, membro do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada:** «Eu não venho estender o ponto anterior, não se preocupem. Eu bem sei que o Partido Socialista, provavelmente estava habituado a outro tipo de oposição do CDS e se calhar, até gostavam mais, mas para vosso eventual enfado e para bem ou para mal, sou eu que cá estou e portanto virei aqui muitas vezes com ou sem pin para defender aquilo que eu acho que é correto. E, portanto, entrando agora na apreciação da informação do senhor Presidente da Câmara, eu tenho aqui dois temas que gostava de trazer e algumas questões que gostava que respondesse para elucidar a Assembleia, e, os Lousadense que nos veem aqui e que nos ouvem lá em casa. A primeira tem que ver com os serviços online. E, neste caso, eu sei que as transferências de poder nunca são tranquilas e, portanto, sobretudo para quem

as tem que ceder. E, portanto, a primeira questão relativamente a esta questão é para o senhor Presidente da Câmara e para o senhor Vereador do Pelouro do Urbanismo, para aquele que estiver em condições ou o que sentir confortável para responder a isto da melhor forma. Efetivamente, urbanismo continua a ser o *calcanhar de Aquilhes* do Município e digo-lhes, admira-me a rapidez com que se levantam gruas lá fora, tendo em conta a lentidão com que se levantam licenças cá dentro. O facto é que a desmaterialização, a digitalização e a celeridade administrativas ainda não moram por Lousada. A área dos serviços do município é anacrónica. Traz-me até e eu sou conservador, alguma nostalgia, confesso-lhe, remete-me para os anos 90 do século passado. É e, de resto, um requerimento relativo a esta questão continua a demorar semanas e semanas. E continua a obrigar os particulares a virem à mão do poder político, tratar dessas questões de urbanismo. A minha questão, prende-se, essencialmente com o seguinte: no debate, ainda em altura de eleições autárquicas, o senhor Presidente, afirmou que a questão dos serviços on-line estaria resolvida por dias, disse que só não avançava uma data na altura, porque estavam com problemas designadamente de pessoal na área do urbanismo. E, até disse que já praticamente despachava em casa. Só lhe faltou dizer que também assinava, como alguns senhores juizes à noite em casa. Portanto, na última Assembleia Municipal e as atas estão disponíveis, essa informação de que estava por dias o tratamento dos serviços on-line, já passou a ser e passo citar: *“Avançar com os serviços on-line, mas para além disso, decidimos a adjudicação da prestação de serviços do Instituto Kaisen, que está a trabalhar connosco durante 6 ou 7 meses”*. Bom, já passaram três, a informação continua a ter aqui, criando ao mesmo tempo ferramentas informáticas. Portanto, a pergunta é simples: Quando e para quando é que temos esta situação resolvida? A segunda, questão, que eu gostava de trazer e é relacionada com esta questão, porque relevará para futuro em termos urbanísticos e até porque em questões de planeamento do território, *conyém pensar com cabeça, visão e rasgo, porque senão, a baixa pombalina a esta hora era um sinuoso de ruas*. Portanto, consta também da

lcastro
M
R

ata da reunião de Câmara de 13 de dezembro, a prorrogação do prazo de elaboração da 2.ª revisão do nosso PDM. E, para que não digam que eu só venho cá dizer mal, dizer mal, dizer mal sobre esse ponto de vista, tenho que elogiar o Município, porque realmente as plantas, por exemplo, as plantas do PDM estão disponíveis, estão facilmente acessíveis no site da Câmara, ao contrário de outras câmaras com quem já tive, por questões profissionais que trabalhar e que foi uma dor de cabeça para as encontrar, portanto, nesse ponto não lhes posso apontar nada. Agora tenho aqui várias questões sobre isto, porquê a prorrogação? Em que ponto está o processo, que já se iniciou em março de 2020? E, sobre a primeira prorrogação, essa está justificada pela questão do Covid, não tenho dúvidas. Como e quando vão ser ouvidas as pessoas? E, se aquelas que eventualmente já tenham participado no processo de auscultação pública se ainda vão contar essas participações? Se vão ser convidadas a participar de novo? Se já foram, se vai haver essa nova auscultação? Se os senhores Presidentes de Junta, que é um ponto importante e que a meu ver está a ser um bocadinho depreciado no Município, se vão ser ouvidos a propósito desta questão? Se já sabem qual é a empresa que vai fazer esta elaboração? Se vai haver concurso eventualmente para escolher essa empresa? E, por fim, quando começará efetivamente a revisão? E, já agora, uma pergunta mais retórica, se isto não será como na primeira revisão, que também demorou, demorou, demorou!... E, não querendo soar também ao ex-Ministro Pires de Lima, não existirão outras condicionantes que condicionam o Município, tentar arrastar isto para a frente para daqui a uns tempos, ser outro interventor, ou trator ou leme para resolver estas situações, disse.» -----

-----**Intervenção de Carlos Moreira, membro do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada:** «Senhor Presidente, membros da Mesa, senhor Presidente do Município, senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal, Público e comunicação social. No ponto 1, que o senhor Presidente referiu vários assuntos, há um que julgo pertinente e julgo que deve ter passado, daí que queria trazer para

esta Assembleia. A 20 janeiro de 2022 no âmbito do Plano Recuperação e Resiliência saíram vários avisos para projetos no âmbito dos bairros comerciais digitais, cujos beneficiários, referidos no ponto 5, entre as Autarquias Locais, Associações Empresarias, Associações de Desenvolvimento Local, e Empresas Municipais. Um dos objetivos desse aviso não é mais do que uma ferramenta catalisadora do crescimento económico, que hoje está na ordem do dia. Por isso, garantindo a promoção do comércio e analisando bem o ponto 6 onde se refere: Despesas Elegíveis; no caso da Reabilitação Urbanística do Bairro, Instalação Sistemas de Conetividade, Informação Digital, Aquisição e Instalação de Mobiliário Urbano, entre outros, em que também se refere nesse ponto 12, com uma da taxa de financiamento de 100% sobre as despesas elegíveis, achamos que não devemos passar ao lado desta oportunidade. Nesse sentido, senhor Presidente e senhora Vereadora, já sei que o assunto foi colocado em reunião de câmara pelos Vereadores da Coligação Acreditar Lousada e que, na sequência disso, a senhora Vereadora meteu pés ao caminho e convocou uma reunião com alguns comerciantes. A questão que se coloca é só uma: Se a reunião já se realizou? E, que objetivos e metas foram definidos nessa mesma reunião? Faça-se um ponto atual? Muito obrigada».

-----**Resposta do Sr. Presidente de Câmara:** «Antes de mais, fico muito satisfeito pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga reconhecer que também erra, porque às vezes ouvimo-lo e parece que é alguém sem defeitos, mas teve aqui a humildade de reconhecer que os tem. Eu também erro, mas nesse caso não fui eu que errei, por isso ficou-lhe bem essa humildade. Relativamente à Estrada Municipal 605, é uma obra que efetivamente nos está a preocupar, porque está cortada a circulação naquela via, já há muito tempo, há demasiado tempo. Uma obra complexa, mas que em circunstâncias normais já deveria estar concluída. Naturalmente, que houve um deslizamento nos prazos de todas as obras, sem exceção, não é um problema de Lousada, é um

problema geral. E, sabemos todos porque é que isso aconteceu. Pela questão do covid que teve aqui uma interferência direta na mão-de-obra. E, depois a questão da subida dos preços e da falta de materiais, associado a isto também nesta obra tivemos problemas complexos de negociações, fechamos a última negociação precisamente há dias. Vou fazer um despacho de urgência, aliás já fiz ontem, que virá à próxima reunião de Câmara para ratificar e, portanto, ficará tudo desbloqueado. E, a garantia que temos por parte do empreiteiro, é que no próximo mês já estamos a circular, nem que seja provisoriamente com a primeira camada naquela via. Aquela é a via preferencial para os cidadãos de Aveleda e de Caíde e, portanto, é de facto uma urgência muito grande, temos noção disso e estamos a trabalhar para que efetivamente, durante o próximo mês esteja restabelecida a circulação, ainda que falte depois trabalhos complementares, mas que depois podem perfeitamente ser acabados conciliando com a circulação. Relativamente à intervenção do Dr. Pedro Amaral, conforme disse já na altura dos debates, nós já estamos nessa era digital há muito tempo, não há papel na grande esmagadora maioria dos serviços da Câmara, para não dizer em todos, porque pode haver algumas situações ainda que porventura ainda não estejam completamente desmaterializadas, mas no urbanismo já está há muito tempo e, portanto, não há papel. -Agora, no início do mandato, hesitamos em avançar já com a plataforma online ou avançar passados seis ou sete meses, porque efetivamente nos pareceu que era importante ter uma visão externa de uma instituição que é insuspeita nesta matéria e que já fez trabalhos interessantes noutras Câmaras Municipais, para efetivamente pôr toda a gente a pensar sobre o assunto, de que forma é que nós podemos simplificar procedimentos, porque normalmente quando estamos habituados a fazer as coisas de uma determinada maneira, achamos que aquela é a única maneira de fazer as coisas. Foram identificadas possibilidades de melhoria, esse trabalho está feito, foi um trabalho que foi participado por todos os funcionários daquele serviço. E, portanto, nesta fase estamos na construção dos novos circuitos e vamos cumprir esse prazo que consta da minha informação.

Concluindo esse trabalho, vamos disponibilizar a plataforma online, mas também foram sinalizados alguns problemas na própria plataforma, que é a mesma que outros municípios já têm, e que supostamente estão mais avançados do que nós. Mas concluímos que a plataforma devia ter um upgrade. Estamos a ver se isso também é possível para facilitar a vida a quem terá essa interação connosco, mas também aos próprios serviços que depois ficam libertos para outras tarefas. Há um outro problema gravíssimo que foi a dificuldade de nós colmatarmos uma saída de uma profissional, e que ainda não conseguimos. Nós abrimos um concurso público e a nossa expectativa é que houvesse dezenas e dezenas de concorrentes, mas concorreram pouquíssimos, e apareceram à prova escrita apenas dois, e só ficou um a fazer a prova. E, depois o júri, que era composto por um professor de uma universidade, outro arquiteto indicado pela ordem dos arquitetos, mais um arquiteto nosso, entenderam que não seria de dar provimento. E, portanto, o concurso ficou deserto, abrimos agora um outro, desta vez já concorreram mais pessoas. E, portanto, temos mesmo que colmatar essa lacuna, porque ainda fizemos alguns ensaios de tentar pela via da mobilidade, ver se havia outros técnicos de outras câmaras que porventura tivessem interesse em vir, mas é cada vez mais difícil, porque nos últimos anos, de uma maneira geral as admissões de novos quadros foram menosprezadas em todas as estruturas. E, portanto, não houve grandes admissões na administração pública, e a não ser por razões de aproximação da residência, ninguém troca a não ser que não esteja bem no local onde se encontra, ninguém troca por trocar de entidade patronal. E, portanto, acho que este compasso de espera vai ser positivo, porque, efetivamente o resultado final acho que vai ser outro. Relativamente à revisão do PDM, o serviço já foi adjudicado há algum tempo. Isso é fácil de ver, está na base GOV. Fizemos na altura uma consulta pública e o serviço está adjudicado. Fizemos a recolha de sugestões e essas sugestões que foram apresentadas estão a ser objeto de tratamento. Inicialmente, esta revisão era para ser o mais simplificada possível, porque ela resultou de uma determinação legal, por força de uma alteração de conceitos que determinou

Costas
M

também a revisão dos PDM'S que não tinham esses novos conceitos. O nosso PDM tem basicamente três classes de espaço, solo rural, solo urbano e o solo de urbanização programável, que no fundo eram nos PDM da primeira geração as chamadas zonas de expansão urbana e que agora deixam de existir. E, portanto, a partir de agora os solos ou são urbanos ou são rurais. E era esse trabalho que num primeiro momento nós pensávamos que íamos fazer, mas como o nosso PDM, a nossa revisão do PDM já tem alguns anos, a Comissão de Coordenação foi de opinião que devíamos ir mais além. Por outro lado, decorrente do processo de auscultação entraram também muitas participações que mexem com algumas condicionantes, nomeadamente de reserva agrícola, pequenos acertos nos limites com as zonas urbanas, onde efetivamente faz sentido ir mais além e, portanto, tentar pelo menos na parte da reserva agrícola, fazer alguns acertos. Portanto isso está a ser objeto de tratamento por parte da empresa e está previsto agora para breve uma reunião formal com as diversas entidades que participam no PDM e nós temos prazos muito curtos para o efeito, a própria lei determina que as entidades que não tiverem os PDM'S, aprovados, deixam de poder licenciar nessas áreas de urbanização programada, para além de que podem ter depois também limitações no acesso a alguns fundos comunitários e temos noção disso e está tudo previsto. Eu creio, agora de cor não sei dizer, mas creio que até ao final do ano que temos que ter o processo ultimado. Portanto, vamos o quanto antes fazer uma proposta de discussão pública. E, aí todas as pessoas, senhores Presidentes de Junta e os interessados poderão fazer depois ainda propostas de alteração. Mas, o que eu diria é que a tendência é no sentido de não haver grandes expansões de áreas urbanas, antes pelo contrário. Aliás, chegou-se a falar, embora depois isso não foi avante, que a ideia poderia ser mesmo reverter grande parte dos solos que foram reclassificados em revisões anteriores e que depois, afinal, aquilo que motivou a alteração de rural para urbano não se consumou. Um problema que nós temos no nosso país é que a política dos solos é como se fosse uma política de depósitos a prazo. As pessoas gostam de ter terrenos de construção, porque sabem que está ali um valor efetivo,

R

que na maior parte dos casos nem pagam grandes impostos e não têm grande risco, só que depois esses terrenos não são disponibilizados para o mercado e muitas das vezes é isso que acontece. E depois temos uma grande dificuldade nos processos de revisão – e já participei num deles. É que, por muita vontade que nós tenhamos de convencer as entidades que têm que emitir parecer num processo de revisão, torna-se muito difícil, quando nos dizem: “Pois é, mas se construírem em Lousada em todos os terrenos que estão classificados como urbanos dá para duplicar ou triplicar a população”. Só que o grande problema é que grande parte desses terrenos ou não estão à venda ou então estão à venda por preços proibitivos e, portanto, essa é que é a grande dificuldade. Concluindo, todas as pessoas terão ainda com certeza oportunidade para depois fazerem as suas sugestões, as suas participações. O que eu digo a todas as pessoas é que será muito difícil reclassificar solos rústicos em urbanos, a não ser que sejam áreas de pequena dimensão, na fronteira, na partilha com zonas de construção, pequenos acertos. Isso aí acredito que venha a ser possível, mas depende sempre dos pareceres das entidades. Agora pensarmos que vamos expandir as áreas urbanas sem grandes limites, isso está fora de causa, as tendências não são nesse sentido. Relativamente à intervenção do Engenheiro Carlos Moreira, esse aviso está efetivamente a ser trabalhado por nós, daqui a pouco vou passar a palavra à senhora Vereadora, se quiser dizer alguma coisa sobre esta matéria. A taxa de comparticipação de 100% é de facto tentadora, só que não é bem assim, porque o IVA não é elegível. Ora, era preferível que fosse 85% se o IVA fosse elegível. O grande problema é que, neste caso em concreto, o IVA é de 23%, porque nas empreitadas de obras para as câmaras e para as juntas de freguesia o IVA é de 6%. Mas se não for uma empreitada, se for uma prestação de serviços para aquisição de equipamentos, etc., é 23% e, portanto, no fundo, se o IVA não é elegível, a taxa de comparticipação é inferior a 85%. Mas naturalmente que estamos a trabalhar nesse projeto para irmos a jogo e é isso que está previsto. Senhora, Vereadora não sei se quer acrescentar alguma coisa? -----

----- A Senhora Vereadora Maria do Céu Rocha (PS), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: «Muito boa noite a todas e a todos. Efetivamente, a candidatura aos bairros comerciais digitais, está a ser trabalhada desde que tivemos conhecimento da possibilidade de abertura, portanto, foi-nos dado a conhecer pela Secretaria de Estado, ainda em dezembro. No entanto, os trâmites da candidatura só começaram a ser conhecidos a partir de 20 de janeiro com a publicação do aviso. Têm surgido uma série de webinars de grande qualidade por parte de uma série de entidades, nomeadamente, hoje assisti por parte da webinar da CCDR, que teve a participação da DGAE, enquanto oradores. De facto, cada webinar que surge, surge o levantamento de questões por parte de uma série de interessados. Mas, sinceramente e com os pés bem assentes na terra, são 50 bairros digitais, com 52,5 milhões de euros, sendo que tem vindo a ser clarificado que há concelhos grandes que podem apresentar várias candidaturas, porque todos os municípios são elegíveis, todos os concelhos, as Juntas de Freguesia, também. E esta candidatura, ainda por cima é aberta às ilhas, portanto são muitos os fatores de concorrência, por assim dizer... Se com isto, não vamos a jogo? Vamos, pois, é mais uma forma de podermos ir a jogo. No entanto, todas as candidaturas que sejam apresentadas em consórcio têm uma majoração de 40%, vou fazer aqui um parêntese agora para explicar: Disse o senhor Eng. Carlos Moreira que nós começamos a andar com esta questão após ser levantada em reunião de Câmara, mas nós começamos de facto a trabalhar rápido e o mais cedo possível. Mas o Dr. Nelson Oliveira, ainda antes no período pré-pandemia tentou reunir os comerciantes locais, no sentido de dar ânimo ao comércio local e com ideias que partam pelos comerciantes locais, porque vocês sabem que muitas das iniciativas que nós temos são muitas vezes promovidas pelo Município e o Município tem a sua visão. É muito importante ouvir os comerciantes e nada como ouvir os comerciantes. Esta tarefa foi iniciada pelo meu colega e eu procurei retomar quando soube que vinha aí trabalho para todos e que seria muito importante ter em conta a opinião deles. Mais ainda, se o consórcio for sobre uma forma de uma associação, e visto que a nossa ainda não está constituída,

apesar de haver gente cheia de vontade de trabalhar, o que é que acontece? Claro que é favorável, se esta associação estiver constituída até 31 de Março. No entanto, temos outras formas de contornar essas situações, temos outras formas de associação. Agora há uma coisa que não podemos perder, é que nós vamos a jogo, mas podemos não passar à segunda fase. Mas temos de continuar a trabalhar, porque ainda no âmbito da PRR vão surgir outras candidaturas. E, no Portugal 2030, certamente surgirá aí mais alguma situação. E espero que, nessa altura, se nós agora não conseguirmos transformar do ponto de vista digital o nosso comércio, espero que nessa altura estejamos em condições de poder aproveitar essa oportunidade, porque de facto, a parte do IVA o senhor Presidente já explicou. Claro que nós não estamos a imaginar um município como o nosso poder pensar numa candidatura de um ou 2 milhões, não é? Claro que tem de ser com os pés bem assentes na terra. Mas, de facto, nós precisamos de dar uma marca a Lousada. É essa a minha e a luta de todos nós, e se não for no âmbito desta candidatura, vai surgir no âmbito de outras certamente, porque pessoas com vontade temos, há muito trabalho para fazer e certamente vai surgir a oportunidade.» -----

----- **Continuação da Intervenção do Sr. Presidente de Câmara:** «la só dar a palavra, e pedia que fosse breve, ao Sr. Vereador Dr. Nelson, para falar um pouco sobre os serviços online e o processo Kaisen.» -----

----- **O Senhor Vereador Nelson Oliveira (PS), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:** «Boa noite. Relativamente a estes processos e aproveitando desde logo as palavras do senhor deputado sobre uma suposta morosidade que às vezes existe em alguns processos, temos que analisar o seguinte: Quanto tempo o processo de urbanismo esteve na dependência de resposta dos serviços da Câmara? Nós sabemos que o processo para o cliente inicia no dia X e sai no dia y. O problema é o que se passa pelo meio. Se os documentos que entraram foram os corretos e correspondem ao que a Lei pede, se não vai ter necessidade de ter correções e ser notificado, mais o prazo legal correspondente a esta notificação, são situações a ter

Castro
my
R

em conta. E, depois temos que saber se os clientes vão sabendo, ou não, o que se passa pelo meio. Efetivamente os nossos funcionários não atrasam propositadamente processos. E, se há departamento do município em que existe um claro défice de funcionários e o senhor Presidente já explicou o motivo, será este. Os serviços online se nós quiséssemos já estavam a funcionar, o site já permite isso. Aliás, a submissão dos processos está a ser feita neste momento por e-mail, o cliente ou técnico envia um e-mail, é notificado e, portanto, não tem que se dirigir à Câmara para fazer o que quer que seja. Contudo o que nós queremos é evitar o erro e as sucessivas notificações, promovendo a melhoria do serviço, ou seja, impedir o erro nosso, o erro dos outros, o erro dos técnicos. Neste sentido, na metodologia KAIZEN, como certamente devem estar a par, temos que analisar onde é que estão as oportunidades de melhoria. Foi isso que nestes dois primeiros meses estivemos a analisar, nomeadamente a questionar a nossa metodologia e a fazer uma introspeção sobre “porque é que se faz isto”? Alguns até diziam “porque já se fazia assim”, obviamente dentro da legalidade, dentro dos procedimentos normais. Com a evolução dos tempos esta foi uma altura crucial para nos questionarmos, “mas o que é que daqui acrescenta valor ao processo”? Se o processo tem que passar deste para aquele e volta àquele, mas porquê? É todo esse trabalho que efetivamente estamos a fazer juntamente com os funcionários desse setor e, claramente, se estamos nessas sessões, também não estamos a informar processos tão rapidamente quanto devíamos, portanto, há aqui um bocadinho, uma décalage que certamente será recuperada nas próximas semanas. O nosso objetivo é melhorar e melhorar como? Estamos a preparar um sistema informático personalizado, mesmo após termos visto muitos outros exemplos de outras câmaras. E, só um aparte, se nós formos ver grande parte das câmaras e eu já vi dezenas e dezenas de exemplos, o serviço online baseia-se numa única coisa em que é pedido ao técnico para descarregar peças escritas e peças desenhadas. E ponto final. O problema é os erros que essas peças escritas ou peças desenhadas possam ter e isso, obviamente abarca mais demoras e tempo de análise, não havendo

grandes benefícios. O que nós estamos a preparar é tentar minimizar o erro à partida. Por exemplo, se a assinatura digital já vem ou não, porque senão quando entra tudo junto, peças escritas, peças desenhadas, o assistente técnico vai perder mais tempo a abrir o processo, ver se tem a tal assinatura digital, etc... Mas se o sistema informático em si pode fazer essa verificação e não dar sequer para submeter o processo, se tiver estas barreiras à partida para prevenir a submissão de erros ou falhas, é o ideal. Não estou a dizer que as pessoas erram de propósito. O que eu estou a dizer, é que vamos tentar minimizar e isso são menos horas para as pessoas, para assistentes técnicos que têm que ver esse processo e que efetivamente vão trabalhar naquilo que acrescenta valor que é analisar tecnicamente o projeto de arquitetura ou as especialidades ou o que quer que seja. Pela nossa análise, efetivamente, onde atualmente estamos a perder tempo nas correções e nos erros básicos que não deviam existir à partida e tudo isso que nos dias de hoje é fundamental prevenir. Mesmo não havendo sistemas informáticos perfeitos, que não há, nesta área não há, acho que devemos tentar corrigir ao máximo este tipo de erro, por exemplo, se a certidão está presente ou não está, portanto, nós pretendemos criar tópicos em que é obrigatório este documento, aquele e aquele. Só para terem uma ideia no licenciamento, há uma panóplia de possibilidades de requerimentos bastante complexa. Antigamente era feito um requerimento geral com o que é pretendido. Agora, nós estamos a subdividir isso por cada campo para que a pessoa, a partir de casa ou do escritório, vá escolhendo o que pretende até que é confrontada com uma série de documentos obrigatórios por lei e que os terá que carregar, por exemplo, é obrigatório A, B, C, D. Mas se a pessoa mete só A, B, C e não mete o D, não dá. O requerimento que antigamente entrava, ia ter um período de análise do técnico, uma informação escrita a dizer que faltava o documento D, agora isso vai ter que deixar de acontecer. A “Bola” fica logo do lado de lá. Se não está assinado digitalmente ou o que quer que seja recebe a notificação que o processo não entrou porque não está assinado. Isto é tempo que nós vamos tirar aos processos e vamos tirar a perceção do cliente, que o processo

demorou muito, quando na verdade o que acontecia no passado era uma série de erros desnecessários para todos. Por outro lado, vamos também ter uma clara intenção de envolver os técnicos privados, nós vamos ter algumas reuniões com os técnicos para fazer mea culpa daquilo que nós não estamos a fazer bem e que vamos ter que fazer melhor. Mas também dizer-lhes quais são os erros mais frequentes da parte deles, e isso temos tudo bem sistematizado em termos percentuais. Outro exemplo, as certidões que nos apresentam desatualizadas é uma grande parte destes erros. Portanto, anda um processo às vezes 15 dias para cá, com prazos legais, 15 dias para lá, por causa de um documento que não está atualizado. Mas as pessoas, o cliente, o povo de Lousada não percebe isso. O que sabem é que entregaram os documentos e pronto. É isso que nós estamos a fazer, para que em conjunto com os técnicos, dizer “meus amigos vamos todos ajudar, as nossas dificuldades são essas, mas vamos melhorar e vocês também tem que melhorar”».

----- **continuação da Intervenção do Sr. Presidente de Câmara:** «Só acrescentava uma coisa, é que vamos ter a possibilidade em todos os processos de dizer ao requerente que o seu processo demorou X dias na Câmara e y fora da Câmara. E vamos assumir isso claramente».

Deliberação: Com a presença dos 36 membros a Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal e discussão de outros assuntos de interesse do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada). -----

2.º Ponto - 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, ao Orçamento de Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada aprovação da 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, ao Orçamento de Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos (acompanhado do Mapa dos

Fluxos de Caixa e dos elementos que constam na nota informativa da DGAL, respeitante à integração do saldo de execução orçamental como definido no art.º 130.º da Lei n.º 75-B/2000, que aprova o Orçamento do Estado para 2021), nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais”.-----

-----Pelas 22h57min ausentou-se da sala o membro da Coligação Acreditar Lousada, Joaquim José Correia Bessa. -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente de Câmara: «Só para dizer que já estava previsto, é normal todos os anos haver este reforço. O que disse, na altura em que apresentamos o orçamento, é que havia um conjunto significativo de rubricas que depois iriam ser reforçadas com a incorporação do saldo de gerência e esta proposta vem nessa sequência.» -----

Deliberação: No uso da competência prevista alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Assembleia Municipal de Lousada **deliberou aprovar a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, ao Orçamento de Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, por unanimidade de 35 votos** -----

-----Pelas 23h07min regressou à sala o membro da Coligação Acreditar Lousada, Joaquim José Correia Bessa. -----

3. º Ponto - Empréstimo de longo prazo até ao valor de 2.101.273,22€; -----

-----“A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização para contratação de empréstimo a longo prazo, pelo prazo máximo de 15 anos, até ao valor de €2.101.273,22, (dois milhões, duzentos e um mil, duzentos e setenta e três euros e vinte e dois cêntimos), destinado ao financiamento da Contrapartida Nacional de Investimentos, Financiados pelo Norte

Costas
R

2020 e POSEUR, junto da Caixa de Crédito Agrícola, que apresentou a proposta financeira mais vantajosa para o Município, indexada à EURIBOR a 6 meses e TAEG 0,59% e respetiva contratação nas condições constantes da informação sob o registo n.º 1878, de 01 de fevereiro de 2022, protagonizada pela Chefe da Divisão de Gestão Financeira, acompanhada do Mapa Demonstrativo da Capacidade de Endividamento do Município, para cumprimento do estabelecido na alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do art.º 49.º e n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua versão atualizada". -----

----- Pelas 23h08min ausentou-se da sala o senhor Presidente de Junta de União de Freguesias Nespereira e Casais, José Oliveira Nunes (Coligação Acreditar Lousada). -----

----- Intervenção de Fausto Oliveira, Presidente de Junta da União de Freguesias Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga (Coligação Acreditar Lousada): «Senhor Presidente, muito rápido. Este empréstimo é mais um, de que nós e eu, Presidente da Junta, tenho vindo a votar nestes últimos anos. Eu gostaria de saber, deste valor de empréstimo, qual é o valor que está aqui contabilizado para a Estrada de Santa Cristina, Rua da Torre, Rua de Subdevesas, Rua das Montadas, Rua da Igreja em Silvares? De facto, andamos há 8 anos com o senhor Presidente da Câmara fazer valer a necessidade das intervenções nestes locais e até agora zero. Gostaria de saber e, fico contente que de facto parece que agora vai haver dinheiro. Gostaria de saber, quantos euros, é que vão sobrar para estas obras e outras que o senhor Presidente sabe há muito tempo que lhe tenho feito referência que são necessárias. E, o senhor Presidente até em algumas delas ou na maioria delas concorda que são necessárias. Muito obrigado». -----

----- Resposta do Sr. Presidente de Câmara: «Confesso que fiquei confuso, porque não sei se estava a falar a sério ou se estava a brincar. Está claro nos

documentos para que é este empréstimo. Este empréstimo é para duas grandes obras. Uma delas é a Área de Acolhimento Empresarial de Caíde Rei e a outra o Fecho de Redes de Saneamento, portanto, são dois grandes projetos. E, seguramente, as suas freguesias também vão ser abrangidas, pelo menos na parte do saneamento, porque é para o fecho de redes. E, portanto, todas as outras obras que referiu têm que ter outro tipo de enquadramento financeiro que não este, porque este financiamento é para estes dois projetos. Agora estamos a falar de dois grandes projetos apoiados por fundos comunitários e, portanto, é uma oportunidade que poderá não se repetir e acho que ninguém questiona a pertinência destes investimentos. E, no fundo, é para fazer face à contrapartida nacional. E, porque é que a contrapartida nacional tem estes valores tão avultados, muito superiores àquilo que é a normal? Porque normalmente os projetos são apoiados em 85% e a parte que o Município teria que assumir seria de apenas 15%. Mas no caso em concreto, nós estamos perante dois projetos que são geradores de receita. E sendo projetos geradores de receita, as entidades beneficiárias têm que na instrução da candidatura fazer entrega de estudos de viabilidade económico-financeira. E a comparticipação comunitária fica limitada aos pressupostos desses estudos de viabilidade económico-financeira. E, portanto, nós, por força dessas regras, que são determinadas pela autoridade de gestão atingimos o máximo de comparticipação possível, quer na parte do Saneamento, quer na parte da Área de Acolhimento Empresarial. No que respeita à Área de Acolhimento Empresarial como sabem, depois vamos ter encaixe com a venda dos lotes e, portanto, a alternativa que teríamos para porventura irmos buscar mais comparticipação era baixar o preço de venda dos lotes. Só que isso também era uma equação muito complicada, porque por um lado não achamos que o preço esteja exagerado e, por outro lado, ia alterar – e de que maneira – os pressupostos que estiveram subjacentes à negociação que fizemos com os privados. Os privados entregaram os terrenos à Câmara e nós assumimos o compromisso de lhes ceder o valor da venda de determinados lotes. Portanto, no fundo foi um negócio bom para a Câmara e bom para os privados

lcastro
J
R

também, que vão acabar por ter parte da receita com essa venda. Relativamente aos projetos que referiu, o senhor sabe que não é verdade, até agora zero, porque ainda há dias falamos sobre o assunto e creio, inclusive, que já deve ter recebido o estudo para o alargamento, se não recebeu vai receber, ele está feito, o estudo do alargamento. E, portanto, já o disse mais de uma vez no que respeita à Estrada de Santa Cristina, será uma intervenção prioritária. O próximo quadro comunitário vai sofrer atrasos pelo facto do Governo ter caído. Estava previsto que os primeiros avisos saíssem em Março, Abril. Isto, no ano passado, era essa a previsão e agora já se fala que antes do final do ano não deve haver avisos. Mas interessa-nos ter projetos prontos para lançar, para apresentar candidaturas e sabemos que a mobilidade e, portanto, este tipo de intervenções de alargamentos de vias estruturantes para a criação de circuitos pedonais que vai ser um dos investimentos elegíveis e prioritários. E, não só. E esta intervenção como outras que estamos a trabalhar para que possamos logo apresentar candidaturas para esse efeito e, portanto, não está esquecido. Creio que falou também na Rua da Igreja, vamos para lá a muito curto prazo, por administração direta, fazer os alargamentos, já temos essa obra na nossa programação de trabalhos por administração direta e, portanto, vamos também a muito curto prazo avançar com essa obra. -----

Deliberação: No uso da competência prevista no na alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do art.º 49.º e n.º 2 do art.º 51º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua versão atualizada, a **Assembleia Municipal de Lousada** deliberou aprovar a proposta de Empréstimo de longo prazo até ao valor de 2.101.273,22€, **por unanimidade de 35 votos.** -----

4. º Ponto - Revisão da Estratégia Local de Habitação de Lousada – Aditamento ao Acordo de Colaboração, no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - 1º Direito;-----

-----“A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada aprovação de Revisão da Estratégia Local de Habitação de Lousada –

Aditamento ao Acordo de Colaboração, no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - 1.º Direito, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto e no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, conjugada com a alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação”.

----- Pelas 23h13min regressou à sala o senhor Presidente de Junta de União de Freguesias Nespereira e Casais, José Oliveira Nunes (Coligação Acreditar Lousada).

-----Intervenção de Leonel Vieira, membro do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada: «Este programa de Apoio ao Acesso à Habitação 1.º Direito, é um programa que se iniciou mais ou menos, presumo, que em 2019 e, desde a primeira hora mereceu o apoio favorável do PSD e o CDS-PP, quer na Câmara Municipal, quer aqui também na Assembleia Municipal, onde sempre votámos a favor, que visa, seguramente a reabilitação de habitações quer no setor privado, quer no setor público, nomeadamente ao nível do município. Sobre isso queria dizer duas ou três coisas que me parecem importantes neste momento. Ao longo dos anos, o município, em parceria ou não foi construindo algumas habitações na área social e era preciso dizer que por exemplo, os 3 bairros que existem no nosso concelho, nomeadamente em Lustosa, Cernadelo e em Meinedo. Esses bairros foram construídos há pouco mais de 10 anos, estão a ser intervencionados, vão continuar a ser, porque também é preciso dizê-lo, provavelmente não foram as obras devidamente fiscalizadas pelo município. Por isso espero e gostaria que agora nesta intervenção que está acontecer nas habitações sociais, a intervenção do município fosse mais presente, no sentido de para daqui a poucos anos, não estarmos novamente a despendar do orçamento do município, do Estado para reabilitar novamente aqueles edifícios, porque efetivamente é o que está a acontecer neste momento. Queria também dizer o seguinte, ainda quanto à habitação: Eu estive a analisar um pouco este programa e não verifiquei lá um bairro

que temos em Meinedo, um bairro social, é um assunto que por acaso levantei na última Assembleia de Freguesia, por isso, devo estar autorizado para aqui hoje poder falar sobre o assunto (estou a brincar, mas também muito a sério), porque é um assunto que me preocupa, enquanto autarca, enquanto Meinedense, que tem a ver com o bairro social de Meinedo, bairro social que foi construído, são 3 habitações que estamos a falar, construído há mais de 40 anos. Pelo que eu estive a verificar a reabilitação deste bairro, não consta do programa. Pergunto, consta? Não, não encontrei lá, mas se consta ótimo, melhor ainda, era só, não consegui visualizar isso, mas se sim, pronto, ainda bem, porque efetivamente a Junta de Freguesia, por mais boa vontade que tenha e tem seguramente por meios próprios não seria capaz de poder suportar tal despesa, porque estamos a falar seguramente de muito dinheiro, que vai muito para além do orçamento da Junta de Freguesia. Mas, se está incluído, fico satisfeito e espero que essa obra avança rapidamente, porque das 3 habitações neste momento, presumo que só uma está ocupada, mas o estado de degradação é demasiado avançado e merece rapidamente uma intervenção da parte do município para a família que lá reside e para outras que para lá queiram ir viver. Era só muito obrigado.» -----

----- **Intervenção de Eduarda Ferreira, membro do Grupo Municipal do Partido Socialista:** «Quanto a este ponto, só queria mesmo dizer duas coisas, muito simples, dizer que, realmente denotamos que esta alteração corresponde a uma atualização normal e até aconselhável e que está prevista legalmente, até para efeitos de atualização dos agregados. E, depois, e sobretudo pela oportunidade que surge com este anúncio do PRR e, portanto, daí este aumento do valor que dá certamente para cativação. E, portanto, obviamente que este documento merecerá a concordância da bancada do PS». -----

----- **Intervenção de Nuno Ferreira, Presidente de Junta da Freguesia de Meinedo (Partido Socialista):** «Excelentíssima senhora Presidente, senhores Secretários, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhora

Vereadora, excelentíssimos colegas da Assembleia, excelentíssimo Público, comunicação social e Lousadenses que nos estão a seguir. Efetivamente, como falou o Deputado Dr. Leonel Vieira, a questão das habitações sociais em Meinedo, são três, três habitações que temos. E, temos uma outra, são quatro, na realidade são quatro. É um projeto que estamos a colaborar com o Município de Lousada, uma colaboração estreita, de forma a dar efetivamente uma resposta a uma necessidade que sinalizamos na freguesia. Nós, enquanto Junta de Freguesia, financeiramente temos dificuldades em fazer a total reabilitação, não temos hipótese de concorrer a este tipo de programas. E, então, depois em sede própria, iremos também debater essa questão. De momento está sinalizada junto do Município, mas depois efetivamente iremos tratar, também nós esse assunto. Obrigado.» -----

----- **Resposta do Sr. Presidente de Câmara:** «Em primeiro lugar, queria corrigir o senhor deputado Dr. Leonel Vieira. Creio que não era Vereador na altura, não era seguramente quando o Município adquiriu os 90 fogos de habitação social. Foi uma aquisição. Não se tratou de uma empreitada que o Município tenha aberto para a construção. Nessa altura a lógica era essa, era isso o que os municípios podiam fazer, podiam adquirir fogos de habitação social e, portanto, essa dita fiscalização de acompanhamento daquelas obras não cabia ao Município. Podia existir, sim, mas depois da obra pronta, e existiu com certeza. Agora, as intervenções que estamos a fazer têm como objetivo a eficiência energética, com intervenções nas coberturas e fachadas. Em Lustosa foi a primeira, agora em Cernadelo e Meinedo. E com a estratégia, vamos ter condições para fazermos a melhorias nos interiores. Não está aqui nesta estratégia, mas é bom dizê-lo e lembrar que um dos principais problemas que nós tínhamos aqui no concelho era a reabilitação do bairro Doutor Abílio, que, felizmente se conseguiu. Parecia uma miragem. Mas, o concurso foi aberto, com uma obra na ordem dos 4 milhões de euros. O receio é que não houvesse propostas porque sabemos que tem havido uma crise grande na construção civil. Mas felizmente, houve diversas propostas apresentadas. A informação que temos é que

costru
N

estão em análise e tudo indica que vamos ter uma adjudicação e vamos ter obra. Esta estratégia, num primeiro momento, foi muito direcionada para os chamados beneficiários diretos e a ideia é ótima porque, efetivamente, o ideal seria conseguirmos apoiar as pessoas que têm a sua própria habitação, mas que não têm condições económicas para fazer obras. É o ideal porque à partida consegue-se resolver o problema com menos investimento e, por outro lado, não desenraizamos as pessoas. O ideal é que elas fiquem onde estão, onde se sentem bem, onde estão integradas na comunidade, isso é o ideal. Mas efetivamente nós temos sofrido um bocadinho com este processo, pelo facto de sermos dos primeiros avançar. E têm surgido imensos problemas e efetivamente num conjunto muito significativo de casos que estavam sinalizados, chegou-se à conclusão de que não são elegíveis e não são elegíveis por razões diversas, por vezes, porque ainda não têm o terreno ou prédio em seu nome, ou porque ainda está em partilha. Tem havido aqui uma série de problemas que tem limitado muito a execução do programa e, portanto, para não perdermos a oportunidade que existe de investimento, nós alargámos o leque também para outro tipo de respostas, nomeadamente esta questão do arrendamento acessível e do tal aviso do PRR, que já aqui foi falado, mas também prevendo aqui outro tipo de abordagens, nomeadamente a possibilidade de se poder construir também algumas habitações um pouco por todo o concelho, nos terrenos que já são do Município e, portanto, se nós não defendemos de maneira nenhuma a lógica do passado, que era basicamente fazer bairros e concentrar pessoas com problemáticas do ponto de vista económico e social no mesmo local, não é de maneira nenhuma uma boa estratégia. Era a estratégia que estava disponível na altura, não havia outra, era mesmo assim. Esse problema é muito mais grave noutros concelhos do que aqui, mas era de facto desejável que se criassem soluções nas comunidades onde as pessoas se encontram, esse é que é o caminho. Este programa dá suporte a esse tipo de respostas e, portanto, a ideia é efetivamente, nós aproveitarmos os terrenos que temos disponíveis para construir 2, 3, 4 habitações em determinado lugar, e outras noutros lugares, noutras

freguesias. E portanto, é isso que vamos procurar fazer. Está previsto investimento para esse efeito. Está previsto também reabilitar a habitação social, mais conhecida por casa dos pobres que temos, não só em Meinedo, mas também no Torno e em Macieira. Como as entidades que são elegíveis são apenas os municípios, é necessário depois haver uma mutação dominial, uma transmissão para o município poder apresentar essas candidaturas. Não aparece aqui porquê? Porque o que se identifica na estratégia são os agregados que estão numa situação indigna em termos de habitação. O local em concreto ou a solução fará parte depois da resposta que não precisamos de identificar na estratégia, mas já sabemos, e se vir aqui um quadro, refere aqui a reabilitação de edifícios, casa dos pobres e, portanto, está previsto isso no caso de Macieira, era da Fábrica da Igreja que também gentilmente irá ceder ao Município para o efeito. Está previsto também a possibilidade de adquirirmos alguns terrenos. Agora com toda a honestidade se vocês olharem aqui para estes valores, são valores brutais, em termos de investimento. Se me perguntam se acho que vai ser possível, eu diria que nós temos que ser ambiciosos, mas será muito difícil. Temos que efetivamente olhar para este problema com toda a seriedade e efetivamente havendo oportunidades de nós conseguirmos financiamento para isto, não podemos desperdiçá-la, porque efetivamente há muitos concidadãos nossos que vivem em condições de indignidade, portanto, devemos lutar para isso. É um plano para ser aplicado ao longo do tempo e, sobretudo, queremos ir já a jogo com este aviso do PRR, pelo que se justificou fazer esta revisão. Aliás, não é nada que não estivesse previsto desde o seu início. O que está previsto nos programas, neste tipo de estratégias é que de seis em seis meses possa haver uma revisão. E, portanto, esta é a segunda, creio eu, mas poderá no futuro, se entendermos, necessário fazer outro tipo de revisões.» -----

Deliberação: No uso da competência prevista no n.º 1 do artigo 2º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto e no artigo 30º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, conjugada com a alínea k) do n.º 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013,

lcastro
ml

de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal de Lousada deliberou aprovar a Revisão da Estratégia Local de Habitação de Lousada – Aditamento ao Acordo de Colaboração, no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - 1º Direito, por unanimidade de 36 votos.-----

re

5.º Ponto - Transferência das Competências para o Ano de 2022 - Ação Social (Não Assunção do Exercício);-----

-----“A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da não assunção do exercício da transferência das competências no ano de 2022, em matéria de Ação Social, no âmbito do disposto no art.º 12.º da Lei nº 50/2018, de 16 agosto, das Portarias n.ºs 63/2021, 64/2021, 65/2021/ e 66/2021 de 17 de março e, do n.º 5 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 fevereiro, o qual procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2020, e, no uso da competência prevista na al. k) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. E, que a deliberação em causa seja comunicado à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), nos termos do n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, até ao próximo dia 14 de março de 2022.”-----

----- **Esclarecimento do Sr. Presidente de Câmara:** «Só para dizer aquilo que motivou a última prorrogação. Exatamente, aquilo que nos motiva hoje, fazer mais um pedido de prorrogação. Creio, que foi, na última Assembleia, que nós fizemos esta prorrogação até ao máximo que era permitido na altura que era março. Mas, como tive a oportunidade de dizer, nós temos ainda pendente a resolução de um problema, que tem que ver com as transferências financeiras. Houve evolução positiva, nesse sentido, e à partida vamos conseguir resolver esse problema. O problema pior que tínhamos era efetivamente os timings, estavam muito apertados e houve pressão de muitos municípios, inclusivamente Lousada, junto da Associação Nacional Municípios para que efetivamente esta entrada em vigor pudesse ser prorrogada até ao final do ano e foi isso que aconteceu. E, portanto, agora é

trabalharmos até ao final do ano para se resolver aquelas questões das contrapartidas financeiras e, no próximo ano, assumir isto na sua plenitude.» -----

Deliberação: No uso da competência prevista na al. k) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com o art.º 24º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, a Assembleia Municipal de Lousada **deliberou aprovar** a não assunção do exercício da transferência de competências no ano de 2022, em matéria de Ação Social. Mais foi deliberado comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), nos termos do n.º 2 do artigo 24º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, **unanimidade de 36 votos.** -----

6.º Ponto - Designação de dois representantes pela Assembleia Municipal a integrar a CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lousada, em substituição dos elementos designados por esta Assembleia que deixaram de exercer funções;-----

“Proposta 01/AML/2022: Considerando que a senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lousada, Dra. Vera Reis, veio solicitar, através de correio eletrónico de 25 de janeiro de 2022, a designação pela Assembleia Municipal de dois novos elementos, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidade para intervir na área das crianças e jovens em perigo, cumprindo assim o disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (versão atualizada), uma vez que os elementos Dra. Júlia Ribeiro e Dr. Fausto Oliveira manifestaram a sua indisponibilidade para se manterem na CPCJ; -----

Considerando que os elementos a substituir **havia** sido designados pelo PPD/PSD, foi solicitado ao Grupo Municipal da Assembleia Municipal de Lousada **Acreditar Lousada – PPD/PSD/CDS-PP**, a designação de dois elementos para substituir os elementos em falta, os quais foram indicados os seguintes elementos: -----

→ Pedro Miguel Amaral Silva e, -----

lcastro



→ Ana Cristina Leal Moreira. -----
Proponho, ao abrigo do previsto na alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro e, na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a Assembleia Municipal de Lousada delibere aprovar: -----
Designar/Eleger, por escrutínio secreto, **Pedro Miguel Amaral Silva e a Ana Cristina Leal Moreira**, indicados pela Coligação Acreditar Lousada, para representantes da CPCJ de Lousada.” -----

Deliberação: Ao abrigo do previsto na alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro e, na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia Municipal deliberou a proposta n.º 1/AML/2022, por maioria de 34 votos a favor e 2 votos nulos, eleger por escrutínio secreto, **Pedro Miguel Amaral Silva e Ana Cristina Leal Moreira**, ambos indicados pelo Grupo Municipal Acreditar Lousada-PPD/PSD/CDS-PP, como representantes na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lousada. -----

7.º Ponto - Medidas Excepcionais e Temporárias de apoio às Famílias e à Economia (Pandemia do Novo Coronavírus – Covid 19) – prorrogação – Retificado para Medidas excepcionais e temporárias de apoio à economia (Pandemia do Novo Coronavírus – Covid 19). -----

-----Pelas 23h35min ausentou-se definitivamente da sala o Sr. Presidente de Junta de União de Freguesias Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), Armando da Costa Silva (Coligação Acreditar Lousada). -----

-----Intervenção de Ana Cristina Moreira, membro do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada: «Muito boa noite. Começo por cumprimentar a mesa da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara, a senhora vereadora, os senhores vereadores, os Deputados e Deputadas Municipais, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, o Público, a comunicação social e os lousadenses.

Primeiramente gostaria de fazer uma nota no que diz respeito a este ponto da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, que é ponto 7, uma vez que o mesmo diz “ Medidas Excepcionais e Temporárias de apoio às Famílias e à Economia (Pandemia do Novo Coronavírus Covid-19 – prorrogação” e que não corresponde à proposta residida em Reunião da Câmara onde diz “Medidas Excepcionais e Temporárias de apoio à Economia para fazer face às dificuldades trazidas pela Pandemia do Novo Coronavírus- Covid-19. Isto é, esta Assembleia está aqui a discutir medidas de apoio apenas e só a economia local e não de apoio à economia e às famílias, uma vez que nem a própria proposta faz alusão a medidas de apoio as famílias em consequência da situação pandémica em que nos encontramos neste momento. É um lapso deve ser reparado na medida do possível. Acontece a todos, mas não deveria acontecer. Passando então para a proposta *in casu*, face à situação pandémica que ainda nos encontramos, temos uma proposta de prorrogação das seguintes medidas: Primeiro, isenção do pagamento das taxas pela ocupação do domínio público com esplanadas; Segundo, a redução em 50% do valor das taxas pela ocupação dos lugares do terrado na feira municipal e, redução em 50% do valor das taxas pela ocupação das lojas do mercado municipal. Todas elas a decorrer entre 1 de Janeiro até 30 de junho de 2022. Lembro que o último pacote de medidas aprovado pelo executivo e pela oposição para fazer face às dificuldades pela pandemia previam não só estas 3 últimas medidas que elenquei, mas também outras medidas que passarei a enunciar: Um – A redução em 50% do valor das rendas ou contraprestações decorrentes do arrendamento comercial de instalações de propriedade da autarquia; Dois - A isenção do pagamento pela utilização dos lugares de estacionamento na via pública nas zonas de estacionamento de duração limitada; Três – A aplicação a todos os consumidores domésticos do serviço de abastecimento de água e de saneamento o tarifário previsto para famílias numerosas e também aplicação a todos os utilizadores não-domésticos do serviço de abastecimento de água, saneamento e de resíduos sólidos urbanos o tarifário social previsto para os utilizadores não-domésticos e, no caso de se tratar de

lousada
[Handwritten signature]

estabelecimentos de restauração e de bebidas acresce a medida de isenção do pagamento das tarifas de disponibilidade destes serviços. A questão que aqui se coloca e esta que pergunto ao senhor Presidente da Câmara, porque é que a Câmara Municipal também não coloca a prorrogação destas últimas medidas que elenquei, uma vez que ao restringir a proposta às 3 medidas enunciadas, inicialmente, faz parecer esta proposta parcial e não envolve todos os lousadenses, estando em causa famílias e comerciantes, a passar por um período de extrema dificuldade, onde se justificava a prorrogação de todas as medidas e não só algumas. Obrigada.» -----

----- **Esclarecimento da senhora Presidente da Assembleia Municipal:** «Estava a ver a proposta, há uma gralha, efetivamente. Portanto, as medidas excecionais temporárias de apoio à família e à economia, era isso que estava a mencionar? De facto, na proposta está dessa forma, na transcrição é que não está, correto?!» -----

----- **Intervenção de Joana Nogueira, membro do Grupo Municipal do Partido Socialista:** «Boa noite. Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhores vereadores, os meus colegas e público. Face às medidas aqui apresentadas, iremos votar favoravelmente, como é óbvio e tecer algumas considerações. Primeiro, sabemos que há muitas famílias necessitadas e que precisam de apoio durante a pandemia e é certo para todos que a autarquia correspondeu em larga escala ao pretendido, identificando e proporcionando-lhes o necessário assim que essas carências foram identificadas. Aliás, julgo que se não fossem os Municípios de todo o país, a situação teria sido ainda mais dramática para todas famílias e empresas. Quanto à proposta em si vivemos agora uma fase que esperamos que seja de recuperação, mesmo ainda não sabendo os impactos que a situação internacional da Ucrânia nos trará, e como referiu ali suavemente a senhora deputada, aproveito desde já a oportunidade para incitar à nossa total solidariedade para com estas pessoas, nomeadamente se houver necessidade de receber as famílias dos cidadãos ucranianos que já residem no nosso concelho. No entanto, o setor das feiras está com francas dificuldades em retornar às suas

atividades económicas, foi dos mais sacrificados e ainda continua a sofrer bastante. O Município e os seus responsáveis comprovaram isso, nas visitas que fazem e nas reuniões que mantêm com estes profissionais. A população perdeu o hábito de frequentar cafés, de ir á feira: foram muitos e muitos meses cujos confinamentos e isolamentos forçaram as pessoas a ficar em casa. Este município criou, exemplarmente inúmeros apoios, que foram mantidos enquanto a situação o exigia. É evidente que podem existir opiniões que afirmam que estas medidas são insuficientes e saberemos que, se fossem mais além, continuariam a ser sempre insuficientes, contudo, face à recuperação já registada em alguns setores, como a taxa de desemprego a descer em Lousada e a economia a recuperar, parece sensato este tipo de medidas. Assim, como é hábito, este executivo está atento e com toda a certeza continuará a responder às necessidades de todos os lousadenses, e estes sabem-no claramente.» -----

----- **Resposta do Sr. Presidente de Câmara:** «O que diria em primeiro lugar é que se nós não tomássemos qualquer iniciativa de prorrogar parte das medidas, não havia assunto nenhum, ninguém ia questionar, mas entendemos que era adequado fazer uma revisão e prorrogar algumas delas. Eu sei que foi sempre por unanimidade quando nós aprovamos as medidas anteriores, mas quem tem a responsabilidade de gerir, e gerir bem, tem que adequar as medidas às circunstâncias que estejam em causa e a situação em concreto. E, é isso, justamente, que estamos a fazer. Já foi aqui evidenciado pela Senhora deputada da bancada do Partido Socialista, que efetivamente a realidade atual é bem diferente, felizmente, da realidade que nos motivou a aprovar aquele conjunto alargado de medidas. Aliás, há ali algumas que até foram os próprios comerciantes que nos pediram para acabar com elas. Estou a pensar, por exemplo, no estacionamento gratuito, porque é normal, as pessoas depois aproveitam. E, é aquilo que esteve subjacente ao pagamento, nós decidimos que o estacionamento devia ser pago em algumas ruas de Lousada. Foi para quê? Não foi para angariar receita. É por isso que o valor é reduzido. Foi para criar a

castro
M
R

alternância no uso dos lugares de estacionamento. Naturalmente que quando começou a ser gratuito, as pessoas aproveitaram e, portanto, quem vinha trabalhar para o centro aproveitava os lugares disponíveis e, portanto, tínhamos os comerciantes a pedir, por favor, voltem a pôr os parómetros a funcionar para que efetivamente haja estacionamento disponível. Ou seja, foi importante num primeiro momento, em que efetivamente as pessoas tinham medo de sair de casa e, por isso, era necessário facilitar o acesso o mais perto possível dos estabelecimentos de uma forma gratuita. Mas agora não tem qualquer sentido e, inclusivamente, foram os próprios comerciantes que nos pediam. Por exemplo, porque é que nós havíamos de continuar a reduzir 50% do valor das rendas? Estou a pensar, por exemplo, no parque urbano, onde temos duas lojas arrendadas. Não estaríamos com isso a criar uma distorção da concorrência? Os demais inquilinos também pagam rendas e não têm qualquer benesse por parte dos senhorios. Acho que devem concordar comigo. Relativamente à questão dos tarifários de água e saneamento, era simpático, com certeza, continuar, de preferência para sempre, mas os tarifários têm que ser sustentáveis. Aquelas medidas foram tomadas num contexto excecional e, portanto, tivemos que fazer um esforço para adequar às circunstâncias em concreto. Atualmente, como aqui foi dito, já não se verificam essas razões. Foi sobretudo pelo facto de as pessoas estarem muito em casa, confinadas com aumentos de consumos de água e foi um pouco também para fazer face a isso. Relativamente àqueles concidadãos que tenham mais dificuldades, há outro tipo de respostas que são respostas mais permanentes. Estas eram respostas excecionais e temporárias, foi sempre nessa lógica. Achamos é que relativamente a este setor da restauração e das feiras, efetivamente, até que se crie aqui os hábitos que se perderam é importante e quanto a isso estamos de acordo, pelo que percebi. A única diferença é que a Coligação entendia que se poderia ir mais além, mas nós achamos que estas respostas são as respostas adequadas às circunstâncias concretas e atuais e, acho que isso é gerir de uma forma responsável. É muito mais simpático ter uma política distributiva, de apenas dar tudo a todos, não é? Mas

Costino

quem tem a responsabilidade da gestão não deve ter essa lógica e, no fundo, esta proposta vem nesse sentido e fazemos depois uma ponderação quando chegarmos a meio do ano, se efetivamente ficamos por aqui ou se faz sentido prorrogar, ou não, até ao final do ano, mas efetivamente a restauração e o setor das feiras estão ainda a sofrer muito os efeitos nefastos desta crise pandémica.» -----

Deliberação: Os 35 membros presentes na Assembleia Municipal de Lousada tomaram conhecimento da medidas excecionais e temporárias de apoio à economia, para fazer face às dificuldades trazidas pela pandemia do novo Coronavírus – COVID 19. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **Esclarecimento da senhora Presidente da Assembleia Municipal:** «Eu peço desculpa, mas terá que falar deste lado, porque não temos microfone que possa chegar lá acima. Deixe-me informar que esta sessão está a ser transmitida em streaming. -----

----- **Intervenção do Município, o senhor André Santos:** «Eu cheguei um bocado tarde à Assembleia por razões pessoais. Mas quando cheguei foi um bocado lamentável ver este pequeno circo que se passou aqui dentro. Eu digo isto, porquê? Eu fiquei um bocado confuso com aquilo que estava a passar aqui dentro. Eu pensei que estava nenhuma Assembleia e num momento pensei que estava numa escola primária. Isto tudo porquê? Primeiro vem um, fulano disse-me isto. Primeiro vem outro, aquele chamou-me isto. Eu acho que vocês estão aqui para receber o dinheiro de nós todos, somos todos nós que estamos a pagar isto e bem, mas é para fazer abstenção, não para andar aqui a dizer fulano disse isto ou aquilo. Se foi, porque quis ou se foi um ato desabafo, isso é com a Presidente da Assembleia. E, depois outra questão muito grave, o senhor Gaspar veio aqui e disse, toda a gente ouviu e

disse: “se foi com raiva ou sem raiva”. Sabe o significado disso, não sabe? Só estou a dizer que o senhor Gaspar chegou aqui e perguntou à Presidente, se disse aquilo com “raiva ou sem raiva”, sabe o significado disso? Vocês estavam a pedir desculpas e você fez pior do que eles.» -----

-----Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que, após ter sido lida, foi aprovada, por unanimidade de 35 votos e que fica apensa a esta ata.-----

-----A sessão foi dada por encerrada às 23h58min-----

Lousada, 25 de fevereiro de 2022

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria de Lurdes Oliveira e Castro Maria de Lurdes Oliveira e Castro

O 1º Secretário

José Bernardino Pinto Nogueira José Bernardino Pinto Nogueira

O 2º Secretário

Rúben João Pinto Bessa Rúben João Pinto Bessa

ATA APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29/04/2022, POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES PARTICIPANTES NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25/02/2022.